

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE MESTRADO EM LETRAS**

**Benedito José Brabo Pantoja**

**A POLÊMICA COMO INTERINCOMPREENSÃO NO  
DISCURSO DA POLÍTICA ACADÊMICA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**

**BELÉM – PARÁ**

**2010**

Benedito José Brabo Pantoja

A POLÊMICA COMO INTERINCOMPREENSÃO NO  
DISCURSO DA POLÍTICA ACADÊMICA DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Letras do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará, para obtenção do título de Mestre em Letras – área Estudos Linguísticos, sob a orientação da Profª Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa.

BELÉM – PARÁ  
2010

## AGRADECIMENTOS

Ao Senhor Deus, de cuja Providência nunca duvidei, pelos consolos e *insights*, nos momentos em que a incerteza avançava, querendo se instalar e frustrar o desenvolvimento da pesquisa.

À Virgem Maria das Dores, mãe amorosa, advogada que sempre intercede por mim junto ao Filho, nos momentos de aflição e perplexidade passados neste vale de lágrimas.

À minha esposa, Marizete, fiel companheira, tanto nos momentos felizes quanto nas horas difíceis, pelo alento e apoio incondicionais, com que me tem brindado em vinte e três anos de união sacramental.

Às minhas filhas, Mariana e Raíza, duas razões para viver, pelo respeito, carinho e compreensão que tiveram para comigo, em todos os momentos, inclusive naqueles em que, por conta da pesquisa, não pude prestar a habitual atenção e o assíduo mimo com que as acostumei desde o seu nascimento.

Aos meus pais, hoje desfrutando a felicidade celestial, que, desde o inesquecível Maiauatá, com responsabilidade e denodo, buscaram sempre proporcionar as condições adequadas para que, um dia, eu chegasse à Capital, onde pudessem me ser oferecidas as oportunidades adequadas de instrução.

À diletta Fátima Pessoa, professora, chefe, orientadora, amiga, mãezona (e ela é mais jovem que eu), que, de forma tenaz e confiante, guiou-me pelas veredas da análise do discurso, proporcionando-me uma visão mais larga a respeito da pesquisa acadêmica.

Às professoras da Especialização Lygia, Cristina, Fátima, Marília, Iaci e Célia Brito, competentes damas da linguística, que me devolveram a paixão pelos estudos, a ponto de, mais tarde, me lançar por águas acadêmicas mais profundas capazes de comportar o calado de um curso de mestrado.

Aos professores e colegas do Mestrado, pela grata satisfação de ter podido, com eles, desfrutar um convívio amigo e saudável.

A todos os meus demais familiares, amigos, colegas da PROAD e da Educação a Distância, aos meus chefes de trabalho e a todos os meus irmãos, filhos de um mesmo Poder Superior, pelo incessante apoio, incentivando-me sempre a perseguir os meus ideais.

À UFPA - minha segunda casa – por tudo o que ela tem me proporcionado de bom, como estudante, servidor e pesquisador, em quase trinta anos de feliz relacionamento.

# SUMÁRIO

## INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO I – O CONTEXTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

#### DA PESQUISA .....13

1.1. O modelo de Dominique Maingueneau ..... 14

1.2. Os procedimentos de coleta e seleção de dados ..... 16

1.3. Os procedimentos metodológicos da pesquisa ..... 21

### CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA ..... 23

2.1. A prática discursiva ..... 23

2.2. Formação discursiva e comunidade discursiva ..... 26

2.3. As relações interdiscursivas ..... 30

2.3.1 Universo, campo e espaço discursivos ..... 31

2.3.2 Heterogeneidade constitutiva e heterogeneidade mostrada ..... 33

2.4. A polêmica como interincompreensão ..... 35

2.4.1 A criação de simulacros ..... 38

2.4.2 A memória polêmica ..... 40

### CAPÍTULO III – ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA ..... 43

3.1. O contexto político-ideológico no cenário da UFPA ..... 44

3.2. A polêmica como interincompreensão – um diálogo de surdos na política acadêmica da UFPA ..... 46

3.3. A construção dos simulacros nas notas ..... 47

3.3.1. A organização do vocabulário na materialidade discursiva ..... 47

3.3.1.1. As ações por meio de verbos e nomes ..... 47

3.3.1.2. As caracterizações por meio de adjetivações e nomes ..... 53

3.3.2. As marcas da hereterogeneidade mostrada ..... 60

3.3.3 A desqualificação do adversário e a infração ao “código dogmático”.66

### CONCLUSÃO ..... 73

### BIBLIOGRAFIA ..... 76

### ANEXOS

## RESUMO

As universidades, além de suas atribuições constitucionalmente previstas de ensino, de pesquisa e de extensão, possuem um quarto elemento essencial e indissociável dos outros três, concretizado na intensa prática política desenvolvida no ambiente acadêmico. Dada a existência desse fator, a presente pesquisa examina o fenômeno da polêmica como elemento de interincompreensão nos confrontos da política acadêmica na Universidade Federal do Pará (UFPA), com base no suporte teórico principal de Maingueneau (2005), observando-se como se estabelece essa relação de interincompreensão, analisando os simulacros que cada sujeito constrói do seu interlocutor e de si mesmo. Constituem o corpus deste trabalho, de um lado, as notas das três entidades acadêmicas da UFPA, quais sejam o Diretório Central dos Estudantes - DCE, a Associação dos Docentes da UFPA - Adufpa e o Sindicato dos Trabalhadores da UFPA - Sintufpa, que representam, respectivamente, estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos; e, de outro, as notas da Administração Superior. Essas notas referem-se à tomada da Reitoria, pelos estudantes, ocorrida em junho de 2007, motivada, segundo nota da entidade estudantil (Anexo 3A), por não terem sido atendidas suas reivindicações, relacionadas a problemas acadêmicos diversos. A pesquisa é desenvolvida em uma perspectiva discursiva, cuja metodologia compreende um objetivo geral, que é identificar os simulacros que se constroem na política acadêmica da UFPA. Para tanto, nos valem de quatro frentes de pesquisa, materializadas em objetivos específicos, a saber: 1. Investigar o contexto dessa política; 2. Resgatar o vocabulário constitutivo da materialidade discursiva, observando as ações, referidas por meio de verbos e nomes, e as caracterizações, efetuadas por meio de adjetivações e nomes; 3. Identificar as marcas da heterogeneidade mostrada; 4. Capturar os flagrantes de infração ao “código dogmático” da prática política. Ao longo das notas, no embate discursivo que se desenvolve, percebemos o chamado “diálogo de surdos”, em que não se vislumbra a possibilidade de os adversários reverem seus posicionamentos.

Palavras-chave: política acadêmica; interincompreensão; polêmica; simulacro.

## ABSTRACT

The universities, besides its constitutionally foreseen attributions of education, research and extension, possess a forth essential element which is inseparable from the others, materializing in the intense political practice developed in the academic environment. Given the existence of this factor, this research examines the phenomenon of the polemic as element of interincomprehension in the confrontations of the academic politics in the Federal University of Pará (UFPA), with the main theoretical support based in Maingueneau (2005), observing how this relation of interincomprehension is established, by means of analysis of the simulacra that each subject constructs of his interlocutor and himself. The corpus of this work is constituted by, on the one side, the notes of the three academic entities of the UFPA, which are the Students Central Directory - DCE, the UFPA Professor Association - Adufpa and the UFPA Worker Union - Sintufpa, which represents, respectively, students, professors, and technical-administrative servers; and, on the other side, the notes of the Superior Administration. These notes mention the UFPA administration building took over by the students, occurred in June of 2007, motivated, according to a note by the student entity (Attachment 3A), for not having their claims, related to several academic problems, heard. The research is developed in a discursive perspective, whose methodology comprises a general objective, which is to identify the simulacra that are constructed in the academic politics of the UFPA. To do so, four research fronts were used, materialized in specific objectives, namely: (1) to investigate the context of this politics; (2) to rescue the constituent vocabulary of the discursive materiality, observing the actions, referred by means of verbs and names, and the characterizations, effected through adjectivations and names; (3) to identify the marks of the heterogeneity presented; (4) to capture the instants of infraction to the “dogmatic code” of the political practice. Throughout the notes, in the discursive clash that is developed, we perceive the so-called “deaf dialogue”, in which the possibility of the adversaries to review their positioning is not glimpsed.

Keywords: academic politics; interincomprehension; polemic; simulacrum

*Concedei-nos, Senhor, a SERENIDADE necessária para aceitar as coisas que não podemos modificar, CORAGEM, para modificar aquelas que podemos e SABEDORIA, para distinguir umas das outras.*

*O Poderoso fez em mim maravilhas; Santo é o Seu nome. A minh'alma engrandece o Senhor; exulta meu espírito em Deus, meu Salvador.*

## INTRODUÇÃO

Nos céus do senso comum, paira uma nuvenzinha que, vez em quando, bloqueia sobremaneira a luz do sol sobre o efetivo papel da Academia, deixando passar distorcidos raios que imprimem uma imagem desfocada e limitada de que a universidade, como todo estabelecimento de ensino, é lugar de lecionar e de estudar. Percebe-se, inclusive, *en passant*, que a expressão “estabelecimento de ensino” ignora de per si os papéis da pesquisa e da extensão, que, ao lado do ensino, formam o tripé funcional imprescindível dessa universidade. Tal noção é sintoma de apreensões equivocadas acerca do que ela (a universidade) efetivamente representa, senão vejamos: em primeiro lugar, a universidade não é simplesmente uma escola de terceiro grau; sua atmosfera é muito mais densa do que os rarefeitos ares acadêmicos de um colégio. Neste, a pesquisa ainda é elementar, não sendo incumbência primordial no ambiente escolar, desobrigando-se o colégio, portanto, do rigor científico, característica que identifica o ambiente acadêmico. O mesmo vale para o caso da extensão. Além disso, o papel da universidade extrapola até mesmo o bem formado tripé. Isto porque, como no ambiente acadêmico circulam as idéias bem tenras, acabadas de sair do “forno”, existe uma insaciável sede por mudanças, por revisões de diretrizes. Tão diversificadas são as matérias levadas à discussão, que se tornaria tarefa complexa e inglória tentar descrever as inúmeras lutas que se travam, as recorrentes reivindicações, a panóplia de bandeiras de lutas hasteadas no pavilhão da política acadêmica. Sim! A política é muito presente na Academia; representa uma espécie de “quarto elemento” inserido nas fileiras universitárias. Grandes políticos, que vão desde vereadores a presidentes da república, encontraram, na universidade, palco introdutório essencial para o seu *debut* no parlamento.

Desde cedo, a política encontra terreno fértil para germinar e crescer nos movimentos estudantis. Já no nível médio, é possível constatar a presença do alunado que se organiza, não só nos colégios, mas também em entidades que congregam esses estudantes, nas três esferas, como a UBES, as UES e as UMES, oriundos das mais variadas escolas, principalmente as públicas. Contudo, são os corredores das Universidades as instâncias mais prolíficas, em que, pelo fato de se constituírem como nascedouros por excelência de novas idéias, caracterizadas, especialmente pelo aspecto questionador do *establishment* e pela vocação muito marcante em contestar as diretrizes

oficiais das Instituições, são engendrados movimentos políticos fortes que, ao longo dos tempos, têm feito história na Academia.

A política na Universidade envolve também professores e servidores técnico-administrativos que se organizam em seus respectivos sindicatos, cujas bandeiras possuem, em comum com os estudantes, a luta sistemática, reivindicando, sobretudo, melhores condições de ensino e pesquisa, que beneficiem a comunidade universitária como um todo. Via de regra, é esse o panorama nacional que se apresenta, não esquecendo, todavia, que tal perfil nem sempre é o mesmo em todas as universidades. Isto porque cada chapa que vence uma eleição carrega matizes ideológicos próprios: algumas mais ligadas a determinados partidos políticos ou confederações sindicais com ideário socialista revolucionário; outras mais moderadas, mantendo fortes laços, inclusive, com a própria administração oficial da universidade, sendo consideradas pelas primeiras, mormente no dizer do jargão dos movimentos sindicais, como “chapas pelegas”.

Atravessando a rua política, encontram-se as administrações superiores das universidades federais, representando o poder constituído a nível acadêmico, que possuem autonomia prevista no artigo 207 da Carta Magna:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (CF88, 1994, p. 39).

Conquanto desfrutem dessa autonomia, elas recebem a maior parte de seus recursos do Ministério da Educação, bem como diretrizes de funcionamento reguladas por dispositivos legais específicos vinculados a esse Ministério. A maioria das atribuições relacionadas ao ensino superior, a propósito, é de competência da União, dado o poder regulador que lhe confere a Lei n° 9.394/96, de 20.12.96 (LDB). Assim, a autonomia universitária não é absoluta, exatamente pela participação, mesmo que indireta, do MEC, a tomar parte nos rumos que elas devem seguir:

No plano dos fatos, a previsão do art. 207 da Constituição Federal de 1988 mostra-se parcialmente desprovida de efetividade, especialmente no sistema federal de ensino. Não é tarefa simples para uma universidade, pública ou privada, exercer a sua autonomia no sistema educacional brasileiro, dado o peso e as dimensões da intervenção e do controle estatal na educação superior. Com efeito, o Estado brasileiro atua expressivamente no campo da educação superior: planeja, define políticas e as executa; legisla; regulamenta; financia e subvenciona o ensino e a pesquisa; mantém universidades e instituições públicas de

ensino superior; autoriza, reconhece, credencia, recredencia, supervisiona cursos e instituições; avalia alunos, cursos e instituições por todo o País; interfere na organização do ensino; etc. (RANIERI, 2005, p. 2)

Não deve causar espécie, por conseguinte, que, diante de um cenário em que as universidades federais tomem grande parte de suas medidas em consonância com uma política nacional de educação implementada desde Brasília, portanto fora dos portões de seus *campi*, isso acabe por frustrar e desagradar alunos, professores e servidores técnico-administrativos, acontecendo, não raro, querelas políticas, levando a embates candentes entre as entidades acadêmicas e as administrações superiores das universidades. Nesse palco conflituoso que se instala, um elemento de importância capital se manifesta: a batalha discursiva, traduzida em notas emitidas por cada uma das partes, estabelecendo, como diria o saudoso professor da UFPA e jurista paraense Otávio Mendonça, uma “renhida pugna vocabular”. Tais textos constituem, portanto, um material muito rico, enquanto elemento de pesquisa, para uma análise discursiva que pretenda compreender como se articula a imbricação semântica do discurso da política acadêmica, materializado nas notas, em relação às partes envolvidas que produzem esse discurso, buscando-se identificar, na polêmica que se instaura – e este é o objeto específico da pesquisa -, os simulacros construídos pelas partes envolvidas, a partir, principalmente, das considerações teóricas de Maingueneau (2005), conforme detalharemos mais adiante.

Nesse sentido, constituem o *corpus* principal utilizado para a análise desenvolvida neste trabalho, de um lado, as notas das três entidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará, quais sejam: o Diretório Central dos Estudantes – DCE, o Sindicato dos Trabalhadores da UFPA – Sintufpa (que congrega os servidores técnico-administrativos) e a Associação dos Docentes da UFPA – Adufpa; e, de outro lado, as notas da Administração Superior (AS).

O período em que uma parte das notas aqui investigadas foi produzida coincide com a segunda quinzena do mês de junho de 2007. Essas notas referem-se à tomada<sup>1</sup> da Reitoria da UFPA pelos estudantes, que durou seis dias, compreendendo o período de 14 a 20 de junho daquele ano. Outra parte situa-se fora do período desse evento,

---

<sup>1</sup> Ao longo das notas, as entidades de classe falam em “ocupação”, enquanto a AS classifica, preferencialmente, como “invasão”. Nós chamaremos de “tomada”. Reconhecemos que, em “tomada”, do mesmo modo que em “ocupação” e “invasão”, há um posicionamento enunciativo, que, no entanto, não iremos discutir; isso porque a opção por esse termo tem como propósito tão somente diferenciar nosso escrito em relação aos das partes envolvidas, no que diz respeito à maneira de referenciar o mesmo evento.

algumas até mesmo em anos anteriores e posteriores. Não obstante, tais notas ou estão relacionadas ao acontecimento de junho/2007 ou, de algum modo, fornecem subsídio importante para o desenvolvimento da análise, ainda que não estejam diretamente ligadas ao evento. Todas as notas, além disso, a título de uma demarcação cronológica e contextual, foram emitidas durante a segunda gestão do reitor Alex Fiúza de Mello, que compreendeu os anos de 2005 a 2009.

As notas circulam por meio de *panfletos, boletins, comunicados*, sob o título de *notas oficiais, notas de repúdio, notas de esclarecimento*, entre outros, e são distribuídas nos portões, em assembleias, nas salas de aula, em unidades administrativas da UFPA, postadas na Intranet, divulgadas na imprensa e referenciadas em *blogs* e portais da imprensa, assumindo um papel importante no dia-a-dia da comunidade universitária, haja vista que traduzem e fomentam a discussão política que se desenvolve nos espaços de trabalho acadêmico e administrativo, acabando por se incorporar a esses ambientes, perpassando as relações de trabalho e a própria condução das questões que precisam ser conjuntamente definidas. Basta lembrar que, na UFPA, as decisões decorrem, em geral, de reuniões de colegiado, seja nos conselhos superiores (CONSUN, CONSEP e CONSAD) ou nos colegiados dos cursos e em outros conselhos e comissões, muitas vezes a partir de acirradas discussões. Não devemos nos esquecer, ainda, de que, para os principais cargos, seus titulares são escolhidos pela comunidade universitária, como é o caso do próprio reitor e dos diretores dos institutos.

Um aspecto importante e que, inclusive, pode ser considerado como um dos elementos motivadores para alavancar a presente pesquisa é o fato de eu próprio fazer parte do corpo técnico-administrativo da Universidade Federal do Pará, desde 1984, e ter cursado a graduação em Letras, no período de 1982 a 1987, assim como a especialização em Ensino-aprendizagem da língua portuguesa, no ano de 2007, ambos na UFPA. Isso tudo, naturalmente, me confere maior discernimento e propriedade em relação à pesquisa, uma vez que ela se reporta a um ambiente que me é familiar em termos de política acadêmica, fruto da vivência experimentada em diferentes instâncias da UFPA, como servidor e como estudante. Desse modo, tal fator constitui-se um aliado importante, que, conjuntamente com o aporte teórico, nos proporciona um auxílio a mais para sintonizarmos melhor o contexto universitário e, por conseguinte, entender mais adequadamente como se desenrola a polêmica como interincompreensão, no palco da política acadêmica.

A estrutura do trabalho encontra-se configurada em três capítulos, antecedidos de uma introdução e seguidos de uma conclusão. O primeiro versa sobre a contextualização teórico-metodológica que perpassa o caráter da investigação; já o segundo descreve o aporte teórico específico como fonte de estudo para a implementação da pesquisa; finalmente, o terceiro trata, essencialmente, da análise do corpus utilizado para pesquisa.

## CAPÍTULO I – O CONTEXTO TEÓRICO E METODOLÓGICO DA PESQUISA

Com base em uma abordagem discursiva, esta pesquisa ocupa-se em examinar o fenômeno da polêmica como elemento de interincompreensão nos confrontos da política acadêmica da UFPA, com o suporte teórico principal que nos provê Maingueneau (2005), buscando-se observar como se dá essa relação de interincompreensão entre as diferentes formações discursivas (FD), e analisar os simulacros que cada sujeito constrói do seu interlocutor e de si mesmo, sujeito este, segundo a noção concebida pela AD:

O sujeito é essencialmente histórico. E porque sua fala é produzida a partir de um determinado lugar e de um determinado tempo, à concepção de um sujeito histórico articula-se outra noção fundamental: a de um sujeito ideológico. Sua fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social. Dessa forma, como ser projetado num espaço e num tempo e orientado socialmente, o sujeito situa o seu discurso em relação aos discursos dos outros. (...) Segundo essa tendência, a noção de subjetividade não está mais centrada na transcendência do *EGO*, mas relativizada no par *EU-TU*, incorporando o Outro como constitutivo do sujeito. (BRANDÃO, 2002, p. 49-50).

A noção de simulacro, que remonta à filosofia de Platão, retomada pela releitura feita por Gilles Deleuze, refere-se, no âmbito da AD, à imagem do outro que é projetada através do prisma do enunciador e, com isso, como no fenômeno da física, apresenta novas características em sua aparência. Ou seja, é uma outra imagem que surge na prática discursiva. No caso de formações discursivas constituídas no interior de formações político-ideológicas distintas e antagônicas, construídas sob intensa polêmica, o simulacro que se constrói do outro será negativo.

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Diante da exposição que fizemos, na Introdução, sobre o fato de que a Universidade, além de suas atribuições constitucionalmente previstas de ensino, pesquisa e extensão, tem, na política, um quarto elemento essencial e indissociável dos outros três, materializado em ações, estratégias e no intenso discurso político que se

desenvolve no ambiente acadêmico, a pesquisa é desenvolvida em uma perspectiva discursiva, baseada nos postulados teóricos de Dominique Maingueneau. A escolha desse autor como leme teórico da pesquisa deve-se ao fato de entendermos que a forma como ele se propõe a descrever o funcionamento discursivo aponte para fenômenos que podem ser percebidos nos discursos que circulam entre nós, como, no caso da pesquisa, a construção de simulacros operada pelos sujeitos que se posicionam diferentemente em um campo discursivo, como o da política. Atrelar o processo de construção dos sentidos a uma prática discursiva que implica posicionamentos é enriquecer a perspectiva com base na qual se pode compreender o fenômeno da linguagem entendido como ações entre sujeitos. Além disso, uma vez que o fenômeno da interincompreensão só pode ser apreendido no conjunto do modelo de análise do discurso proposto por Maingueneau, esse modelo será preliminarmente apresentado na primeira subseção deste capítulo.

### **1.1. O modelo de Dominique Maingueneau**

Uma boa maneira de visualizarmos o contexto teórico mais específico de nosso percurso é atentarmos para a introdução da obra de Maingueneau, “Gênese dos Discursos” (2005, p. 15-31). Na oportunidade, ele afirma que, ao nos aproximarmos da perspectiva da AD francesa, o que se entende por discurso coincide com a noção de uma variedade de textos que compõem um espaço de regularidades enunciativas. Essas regularidades são possíveis pelo fato de todo discurso estar inscrito historicamente. Ao longo da introdução, ele tece diversas considerações a respeito do que tratará nos capítulos seguintes, traçando, de forma esquemática, sete tópicos. Classificará esses tópicos como *hipóteses*, “cada uma das quais será objeto de um capítulo do livro” (Op. cit, p. 20).

Em sua primeira hipótese, Maingueneau reporta-se ao interdiscurso, que tem precedência sobre o discurso (primado do interdiscurso), ou seja, a estrutura do discurso se forma a partir da relação interdiscursiva. A identidade do discurso repousa sobre a interdiscursividade.

A segunda hipótese apresenta uma abordagem sobre como se constitui a relação interdiscursiva, introduzindo, na obra, a ideia de simulacro, ou seja, cada discurso apreende o *Outro* em seu fechamento, traduzindo-o. Assim, a relação com o *Outro* é, na verdade, uma relação com o simulacro que dele se constrói. Desse modo, a identidade de um discurso tem sua origem no bojo da interincompreensão discursiva, que lhe é inerente. Nesse quadro da interincompreensão, se apresenta a polêmica que, embora

denote uma disputa, não se sustenta no antagonismo, mas, pelo contrário, num acordo entre os enunciadores, a partir de uma relação em que são definidas e acolhidas as regras, mediante a “convicção de que existe um código que transcende os discursos antagonicos”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 115)

Na terceira hipótese, Maingueneau trata do “sistema de restrições semânticas globais”, que diz respeito ao fato de que a rede discursiva em que o sujeito se inscreve faz com que se constituam determinados planos discursivos relacionados com a intertextualidade, o vocabulário, os temas, as instâncias de enunciação e o modo de coesão.

A quarta hipótese, que trata da *competência interdiscursiva*, mantém estreitos laços com a hipótese anterior, isto porque o sistema de restrições semânticas globais deve ser visto como um modelo dessa competência. Assim, pela competência interdiscursiva, os sujeitos constroem seus discursos circunscritos a um certo padrão discursivo, podendo deslocar-se para outras formações discursivas, conforme a “vocação enunciativa”, com o sujeito se inscrevendo em um novo paradigma.

A quinta hipótese nos lembra que falar de discurso não significa referir-se unicamente a um conjunto de textos. Na verdade, existe uma prática discursiva que perpassa o texto. É, ainda, o sistema de restrições semânticas que permite que os textos estejam, dentro de uma certa medida, de acordo com a “rede institucional” de um “grupo”, de uma comunidade discursiva (grifos de Maingueneau).

Na sexta hipótese, é observado que a prática interdiscursiva não diz respeito apenas a enunciados, mas também a elementos de outros domínios semióticos, como o som, a imagem etc. Nesse sentido, pode-se dizer que uma prática interdiscursiva pode também ser considerada como uma *prática intersemiótica*.

E, finalmente, na sétima hipótese, Maingueneau trata sobre o “esquema de correspondência”, retomando o termo de Foucault, em que a formação discursiva operaria entre campos discursivos distintos. Ou seja, há uma relação de correspondência entre o funcionamento do discurso e a realidade sócio-histórica.

Essas são, portanto, as hipóteses apontadas por Maingueneau, a fim de dar conta das principais implicações presentes na constituição da formação discursiva, na gênese dos discursos.

Para os objetivos desta investigação, nos valemos principalmente das cinco primeiras hipóteses, sendo muito importantes a primeira e a quarta, e por demais preciosas e imprescindíveis a segunda, a terceira e a quinta hipóteses, pois evocam

pontos teóricos diretamente relacionados à pesquisa, a saber, respectivamente: a) a polêmica como interincompreensão; b) o sistema de restrições semânticas globais; e c) os estudos da prática discursiva. Por isso mesmo, seus conceitos serão melhor desenvolvidos no capítulo da fundamentação teórica.

## 1.2. Os procedimentos de coleta e seleção de dados

O *corpus* da pesquisa será formado pelas notas das três entidades de classe da UFPA - pelos discentes, o Diretório Central dos Estudantes (DCE); pelos professores, a Associação dos Docentes da UFPA (Adufpa); e pelos servidores técnico-administrativos, o Sindicato dos Trabalhadores da UFPA (Sintufpa) - assim como pelas notas oficiais da Administração Superior, todas a respeito da tomada do prédio da Reitoria ou que estejam relacionadas à política acadêmica da UFPA e possam subsidiar a pesquisa. Estão anexados, ainda, trechos de *blogs*, reportagens postadas em portais de notícias ou publicadas na imprensa e em jornais dos sindicatos da UFPA, assim como veiculadas em *site* do PSTU, havendo ainda uma matéria no *site* da Justiça Federal. Do mesmo modo que as notas, esses escritos se reportam ao evento da reitoria ou tratam sobre a política acadêmica. Achamos pertinente apensá-los, para que ajudem a compreender melhor a configuração do contexto ao qual se circunscrevia a política na UFPA. Todos os anexos encontram-se assim divididos:

### A) Notas relacionadas à tomada da Reitoria:

1. Nota da AS: Postada na Intranet, e reproduzida no *Blog Flanar* e no Portal ORM em 15/06/2007 (Anexo 1A).
2. Nota da AS: “A hora chegou”, postada no *Blog 5ª Emenda*, (<http://quintaemenda.blogspot.com/2007/06/o-pior-do-psol.html>), e reproduzida na Intranet. Data 16/06/2007. (Anexo 2A).
3. Nota do DCE: Distribuída nos portões, salas de aula da UFPA e reproduzida no *site* da União da Juventude Socialista. Data: 17/06/2007(Anexo 3A).
4. Nota do Sintufpa: Distribuída nos portões e nas unidades administrativas da UFPA e postada no *site* da Fasubra - Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras. 18/06/2007 (Anexo 4A)
5. Nota da Adufpa: Distribuída nos portões e nas salas de aulas da UFPA e postada no *site* da entidade docente. Data: 18/06/2007(Anexo 5A).

6. Nota da AS: Postada na Intranet e reproduzida no Blog “Seja realista: peça o impossível”. Data: 04/04/2008 (Anexo 6A)
7. Nota do DCE: Distribuída nos portões e salas de aula da UFPA e reproduzida no *Blog* “Seja realista: peça o impossível”. Data: 04/04/2008. (Anexo 7A).
8. Nota da AS que se refere ao indicativo de uma nova tomada da reitoria, postada na Intranet e publicada no jornal Diário do Pará, edição de 20/10/2008 (Anexo 8A).

B) Outras referências à tomada da reitoria:

1. Agência Estado via Portal UOL: “Proibição a festa provoca invasão da reitoria da UFPA”. Data - 15/06/2007. (Anexo 1B)
2. Portal Globo: “Estudantes podem deixar reitoria da UFPA nesta terça”. Data -18/06/2007. (Anexo 2B)
3. *Site* do PSTU: “UFPA em luta: estudantes ocupam reitoria”. Data – 19/06/2007. (Anexo 3B)
4. *Site* do PSTU: “Negociação com reitor não atende ao movimento e a ocupação da UFPA continua”. Data – 19/06/2007. (Anexo 4B)
5. *Site* da Justiça Federal – Seção Pará: “Liminar obriga estudantes a desocuparem a Reitoria da UFPA”. Data – 20/06/2007. (Anexo 5B)
6. *Site* do PSTU: “Termina com vitória a ocupação na UFPA”. Data – 21/06/2007. (Anexo 6B)
7. Jornal da Adufpa: “Estudantes ocupam Reitoria e garantem conquistas”. Data – julho/2007. (Anexo 7B).
8. Portal UOL: “Estudantes da UFPA ameaçam ocupar a reitoria em dezembro”. Referência a uma nova tomada da reitoria. Data: 21/10/2008.(Anexo 8B)
09. *Blog Bilhetim*, de Edir Veiga, professor universitário e ex-membro das diretorias do DCE e do Sintufpa: “A Justiça Federal e o DCE-UFPA”. <http://bilhetim.blogspot.com/2009/06/justica-federal-e-o-dce-ufpa.html>. Data – junho/2009. (Anexo 9B)
10. *Blog* de Fabrício Gomes, diretor do DCE à época da Tomada da Reitoria: “Ex-Diretores do DCE/UFPA são criminalizados pela Justiça Federal/PA”.

<http://gomesfabricio.blogspot.com/20090701archive.html>. Data 10/07/2009

(Anexo 10B)

- C) Escritos não relacionados à tomada da Reitoria, mas que fornecem subsídios a um melhor entendimento em relação ao contexto da política acadêmica da UFPA.
1. Discurso de posse do reitor para um segundo mandato, veiculado no Portal da UFPA e na Intranet em 08/07/2005. (Anexo 1C)
  2. Nota publicada em *blog* do DCE: “Estudantes barram Resolução 580!!!”. <http://www.uniblog.com.br/dceufpa/112122/estudantes-barram-resolucao-580.html>. Data: 01/10/2006. (Anexo 2C)
  3. *Blog* de Fabrício Gomes, diretor do DCE à época da tomada da Reitoria: “O militante revolucionário e as organizações - um olhar dialético”, veiculado em 20/08/2007. (Anexo 3C)
  4. Nota da AS a respeito da eleição para reitor, veiculada na Intranet, em 04/11/2008. (Anexo 4C)
  5. Nota do Sintufpa veiculada em seu Boletim, distribuído nos portões e nas unidades administrativas da UFPA: “Manobras atentam contra da decisão da comunidade”. Data 25/03/2009. (Anexo 5C)
  6. *Site* da Adufpa: “Adufpa realiza debate sobre dedicação exclusiva”. [http://www.adufpa.org.br/detalha\\_noticia.php?id=614](http://www.adufpa.org.br/detalha_noticia.php?id=614). Data: 25/06/2009. (Anexo 5C).
  7. *Jornal Opinião Socialista*, do PSTU: “Debate sobre a concepção de partido”. 11/06 a 12/07/2009. (Anexo 7C).

A escolha do *corpus* se deve, sobretudo, ao fato de ele constituir uma amostra representativa em relação à política acadêmica, pois, considerando que essa política se revela muito fortemente por meio das notas que são veiculadas, e que elas são emitidas – e essa é uma característica marcante das notas - sempre que há uma questão pendente, uma reivindicação (principalmente quando não atendida), um protesto, uma paralisação ou – mais radicalmente – uma greve por tempo indeterminado, torna-se pertinente verificar essas notas quando elas se referem a um imbróglio da dimensão que foi a tomada do prédio da Reitoria, coração administrativo da UFPA.

A princípio, a causa imediata da tomada do prédio da Reitoria estaria ligada à proibição, por parte da AS, do *Forró do Vadião*<sup>2</sup>, cuja medida ensejou protesto por parte dos estudantes, havendo um confronto com a segurança interna da UFPA e com a Polícia Militar, que motivou, por fim, a efetiva tomada. Esta é uma informação que aparece inclusive em notas da Adufpa e do Sintufpa, conforme se pode observar na sequência:

Os estudantes ocupam o prédio da reitoria desde o dia 14 de junho, motivados, inicialmente, pela proibição arbitrária da realização do “forró” e pelas agressões físicas e prisão de estudantes feitas pela Polícia Militar (ROTAM), acionada pelo prefeito Campus, Marcos Vinicius Neto. (Anexo 5A)

A nota do Sintufpa:

A ocupação foi uma reação à truculência da PM, acionada pelo prefeito do Campus para impedir a realização da programação cultural entre os discentes. (Anexo 4A)

Em uma de suas notas, o DCE relata esses fatos, embora não diga direta e expressamente que eles foram o motivo da tomada:

Um estudante foi preso e outros espancados pela PM, chamada pelo Prefeito do campus, por estarem organizando uma festa no interior da UFPA. O argumento para tamanha brutalidade foi uma resolução do CONSAD – Conselho Superior de Administração – que impede a realização de atividades culturais na UFPA. (Anexo 3A).

Em uma de suas notas, a AS insinua que o DCE quer fazer crer que tomou a Reitoria efetivamente por causa da proibição da festa, embora a nota afirme que se trata, no fundo, de uma motivação político-partidária.

A desculpa da proibição da aparelhagem de som como motivo para a revolta é um simples pretexto, pois a invasão já estava determinada pela direção nacional do movimento sustentado pelo PSOL (a exemplo de outras universidades e de nota divulgada pelos próprios invasores). (Anexo 2A)

---

<sup>2</sup> Trata-se do Setor de Recreação Estudantil, localizado no Setor Básico da UFPA. No “Vadião”, são promovidas festas conhecidas como *forró*, cuja realização tem causado certa polêmica nas instâncias administrativas da UFPA, pelo fato de, algumas vezes, a segurança interna relatar a presença de pessoas de fora, que se misturam entre os estudantes, havendo, com isso, certa preocupação no que diz respeito à violência noturna, muito presente, nos dias de hoje, na maioria das capitais brasileiras.

Em última análise, o DCE alega – isso sim - outro motivo para tomar o prédio da Reitoria, relacionado, segundo a entidade estudantil, a problemas diversos enfrentados pela UFPA:

Os estudantes, organizados no DCE e nos CA's, insatisfeitos com a situação caótica de nossa universidade, reunidos em assembléia, realizada no dia 14/06, decidiram ocupar o prédio da Reitoria. Há tempos reivindicamos a melhoria da iluminação e da segurança, a criação do Restaurante Universitário do Profissional, contratação de professores efetivos, democracia interna, reforma do terminal de ônibus, moradia estudantil, dentre outros (Anexo 3A)

Em sua primeira nota, reportando-se ao evento do prédio da Reitoria, além do DCE, a AS faz referência também à Adufpa e ao Sintufpa, atribuindo-lhes suporte à atitude da entidade estudantil, afirmando que determinadas pessoas se servem das três entidades para deflagrarem ações como a tomada da Reitoria. Isso fez com que as duas entidades sindicais se manifestassem, gerando, a partir daí, uma espécie de “tiroteio verbal” por meio de notas das três entidades contra as da Administração Superior e vice-versa. Vejamos, primeiramente, dois trechos de nota da AS a esse respeito:

A invasão da Reitoria por um determinado grupo do movimento estudantil, com apoio da atual direção do sindicato dos servidores – Sintufpa -, é uma ação de natureza estritamente política (...).(Anexo 1A)

São as mesmas pessoas infiltradas no DCE, no Sintufpa e na Adufpa que se reúnem nos bastidores para programarem taticamente essas ações. (Anexo 1A).

Na sequência, houve a reação do Sintufpa e da Adufpa, a essa fala, como se pode observar nestes trechos:

O Sintufpa, diferente do que é insinuado no início da nota do reitor, não teve nenhuma ingerência na ocupação do prédio da reitoria, apesar de prestar sua solidariedade aos estudantes. (Anexo 4A)

O reitor Alex Fiúza, com respostas enraivecidas, prefere partir para disputas pequenas, denunciamentos e leviandades, acusando inclusive a Adufpa de estar promovendo a obstrução do prédio da Reitoria. Diante disso, vem a público prestar os seguintes esclarecimentos: 1. Que, embora compartilhe da indignação que move os estudantes, a Adufpa não está obstruindo nem ocupando o prédio da reitoria, mas entende e apóia a luta estudantil, pois sempre pautou sua atuação na defesa da Universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. (Anexo 5A)

No bojo de toda essa saraivada de notas, é possível verificar como as formações discursivas se relacionam; como uma dialoga com a outra, mesmo que representem posições político-ideológicas díspares, constituindo a *interincompreensão discursiva*,

que, diferentemente do que possa sugerir a expressão, não decorre de problemas relacionados a truncagens na interação verbal:

Essa interincompreensão (...) não se exerce no mesmo nível das múltiplas formas de mal-entendido que uma lingüística preocupada em dar conta da realidade da atividade linguageira pode ser levada a sublinhar (MAINGUENEAU, 2005, p. 104).

Na verdade, longe de denotar um mal-entendido, a interincompreensão, paradoxalmente, se processa mediante a existência de uma base comum de ideias de modo a propiciar que a polêmica possa fluir. Uma noção mais pormenorizada sobre a interincompreensão é desenvolvida no capítulo teórico.

### **1. 3. Os procedimentos metodológicos da pesquisa**

Para que esta pesquisa almejasse ser bem sucedida, havemos que assumir uma estratégia metodológica expressa em objetivos bem definidos, norteados necessariamente pelos estudos aqui desenvolvidos, objeto da fundamentação teórica. Desse modo, aponta este trabalho na direção de um objetivo geral, qual seja o de identificar os simulacros que se constroem na política acadêmica da UFPA. Para tanto, nos valem, à guisa de objetivos específicos, de quatro etapas, começando por: 1) Investigar o contexto dessa política acadêmica. Aspira tal etapa a uma familiarização com o ambiente em que foram geradas as notas, os ares que respiram seus autores, bem como o papel que eles desempenham. Este é um dado importantíssimo, uma vez que estamos trabalhando com dados visceralmente ligados à política acadêmica, que tem como palco o ambiente universitário; 2) Resgatar o vocabulário constitutivo da materialidade discursiva, observando as *ações*, referidas por meio de verbos, nomes e expressões, e as *caracterizações*, efetuadas por meio de adjetivos, nomes e expressões. O vocabulário é considerado por Maingueneau, na terceira hipótese, como um dos planos discursivos regidos pelo “sistema de restrições semânticas globais”. Investigar como se apresenta o vocabulário concernente às ações e caracterizações nas notas é contemplar a imbricação semântica existente entre as entidades representativas e a AS, em relação ao seu discurso, o que constitui a prática discursiva, tratada na quinta hipótese; 3. Identificar as marcas da heterogeneidade mostrada, ou seja, as diferenças enunciativas que podem ser visualizadas no discurso das notas, decorrentes do encontro de formações discursivas distintas, relacionadas, no caso, às entidades representativas e à Administração Superior da UFPA. Quando se trata de recriminar o discurso do

adversário, as marcas da heterogeneidade mostrada possuem a capacidade de indicar, nas notas, como as entidades representativas, criticamente, leem o discurso da AS e vice-versa, sendo, por isso mesmo, de grande valia para se visualizar o modo como o *Mesmo* interpreta/traduz o discurso do *Outro*, tratado na segunda hipótese; 4. capturar os flagrantes de infração ao código dogmático da prática política, em que os dois lados envolvidos buscam mostrar uma incoerência do enunciado do adversário em relação aos objetivos e ideais que prega e defende. Do mesmo como se fazem com as câmeras escondidas, descobrir ou simular (como na edição de um filme) que existe no discurso do *Outro* uma contradição entre o que ele prega e o que, de forma oculta, verdadeiramente ele é, pensa e defende, é flagrar o adversário cometendo uma infração ao seu “código dogmático”, isto é, aos ideais que ele deveria representar. Assim, mediante tal “descoberta” ou “simulação”, é possível, similarmente ao objetivo anterior, reconhecer como se traduzem as falas das entidades representativas e da AS.

Os objetivos específicos funcionaram como etapas a serem diligentemente seguidas, de tal maneira que, ao final, com a soma dos resultados de cada um deles, pudéssemos atingir, culminantemente, a meta a que nos propusemos, nos termos do objetivo geral.

A conjugação desses objetivos, como já mencionamos, gera como resultado as condições necessárias para que se possa “identificar os simulacros que se constroem na prática discursiva da política acadêmica da UFPA”, objetivo geral desta pesquisa.

Desse modo, com a âncora de nossa análise fundeada em firmes contextos teórico e metodológico, ficamos convencidos, desde o início, da exequibilidade deste trabalho, sem o risco de nos apoiarmos hereticamente, para o perfil de um trabalho acadêmico da estirpe de uma dissertação de mestrado, em juízos meramente intuitivos.

## CAPÍTULO II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Considerando que a matéria de que tratamos especificamente nesta pesquisa diz respeito ao fenômeno da polêmica como interincompreensão no discurso da política acadêmica da Universidade Federal do Pará, e que, para tanto, a investigação, necessariamente, é desenvolvida à luz de uma abordagem discursiva, não podem ficar de fora considerações de extrema importância para o sucesso da empreitada, relacionadas a temas muito caros à Análise do Discurso Francesa e, em particular, aos estudos de Dominique Maingueneau, provedor principal do aporte teórico de que iremos nos servir, como já anunciamos no capítulo anterior. Assim, no decorrer deste capítulo, teceremos, sequencialmente, considerações acerca das noções fundamentais sobre as quais se apoiam os estudos do discurso do pesquisador francês, e que estão relacionadas ao nosso trabalho, tais como “prática discursiva”, “sistema de restrições semânticas”, “formação discursiva” “comunidade discursiva”, “universo, campo e espaço discursivos”, “heterogeneidade discursiva”, “interincompreensão”, “polêmica”, “simulacro”, “memória discursiva”, “memória polêmica”, entre os principais temas que servirão como base para desenvolvermos nosso estudo.

### 2.1. A prática discursiva

Já faz algum tempo que os estudos concernentes ao discurso não mais se iludem com a simples apreensão de que ele seja apenas um conjunto de textos. Em verdade, o discurso se apresenta envolvido pela *práxis*, estando ligado intrinsecamente à realidade em que se circunscreve. Assim, a existência do discurso pressupõe-lhe um perfil que é definido pelos contextos histórico e ideológico em que ele se encontra mergulhado. Mesmo que essa noção contemple a ideia de um discurso que caminha *pari passu* com uma determinada realidade social, é preciso ser dito que, ainda assim, muitas vezes, tal noção é entendida de forma equivocada, isto é, como se essa realidade fosse um elemento externo, cujo papel seria um tanto de coadjuvante a exercer influência sobre o discurso (concebido em seu aspecto textual), acabando, conseqüentemente, por se definir, em última análise, como um mero acessório. Na verdade, um discurso não é o resultado da retilínea junção de dois elementos: de um lado, o textual; de outro, o não textual. O discurso é discurso porque já carrega em sua natureza esses dois elementos intimamente ligados, cujas fronteiras não são possíveis de se demarcar.

Todo discurso acaba sendo, então, “engajado”. Só que esse engajamento, ao contrário do sentido corrente, não quer dizer que esse discurso opta e se alia

necessariamente a uma determinada causa. Falar de “engajamento” do discurso implica dizer que ele faz parte da atividade humana. Se assim não fosse, não existiria como tal. Dado o caráter histórico que lhe é próprio, o discurso ocorre sempre a partir da prática, daí ser mais apropriado entendê-lo como *prática discursiva*, que está mais de acordo com a ideia de um “sistema de relações”, abarcando aspectos semânticos e sociais.

A noção de prática discursiva, tratada na *quinta hipótese* de Maingueneau (2005, p.23), deve ser entendida como a possibilidade, mediante o *sistema de restrições semânticas*, de os textos se tornarem “comensuráveis com a rede institucional de um grupo”. Isto quer dizer que o discurso encontra-se entrelaçado com uma comunidade discursiva; a prática discursiva consiste em que, seja qual for a formação discursiva, ela não tem como estar desligada de uma comunidade discursiva. Portanto, ao falarmos em prática discursiva, estamos tratando de uma condição em que

uma formação discursiva é inseparável das comunidades discursivas que a produzem e a difundem; a prática discursiva é então pensada ao mesmo tempo como *conteúdo*, como *modo de organização dos homens* e como *rede específica de circulação* dos enunciados. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU 2004, p. 396).

À noção de prática discursiva encontra-se associado um tema de suma importância nos estudos de Maingueneau sobre a natureza do discurso: o *sistema de restrições semânticas*, que proporciona aos textos estarem, em certa medida, de acordo com a “rede institucional” de um “grupo”, como já mencionamos acima. Afinal, em que consiste esse “sistema de restrições”? Para Maingueneau, existe uma semântica global que exerce uma força coercitiva sobre o discurso, cujo caráter ele assim resume:

O caráter “global” dessa semântica se manifesta pelo fato de que ela restringe simultaneamente o conjunto dos “planos” discursivos: tanto o vocabulário quanto os temas tratados, a intertextualidade ou as instâncias de enunciação. (MAINGUENEAU, 2005, p. 22)

Os planos discursivos são os responsáveis, portanto, pelas características com as quais o texto se materializa, apontando para um determinado perfil de como o discurso se configura, de como ocorrem as operações semânticas. De forma bem breve, vejamos, na prática, como se desenvolvem três desses *planos discursivos*. 1. O vocabulário: quando o MST se instala em uma fazenda, seus líderes anunciam que o movimento “ocupou” aquela propriedade; já o fazendeiro alega que sua terra foi “invadida”. Dentro do sistema de restrições semânticas, não caberia a um trabalhador sem-terra dizer que tinha “invadido” a terra, pois sua ação soaria inevitavelmente como ilícita. Já “ocupar”

denota uma ação de legitimidade. Uma vez que as intenções do fazendeiro são radicalmente opostas, interessa-lhe que a ação do movimento seja desqualificada, sendo considerada criminosa, e, por isso mesmo, categorizar-lhe-á como “invasão”. 2. A intertextualidade: ao desenvolver um artigo acadêmico, é indispensável que o pesquisador faça referências a trabalhos manifestamente especializados no assunto, de autores que efetivamente façam parte das discussões mais atuais sobre o tema e sejam responsáveis por fundamentações teóricas mais abalizadas. 3. Os temas: recorde de um fato pitoresco ocorrido na minha adolescência: de tempos em tempos, meu pai costumava passar alguns dias na casa de meu irmão mais velho, no rio Anapu, no Município de Igarapé-Miri – PA. Ele gostava muito desse passeio; era uma forma de aliviar as tensões do dia-a-dia. Porém, um pequeno inconveniente o chateava: em toda a vizinhança, falava-se muito em mapará: “A rede do fulano pegou só mapará graúdo”; “O IBAMA está dando em cima da pesca de arrastão do mapará”; “A maré lançante fez os cardumes de mapará sumirem” etc. Ocorre que, na verdade, meu irmão faz parte de uma comunidade de pescadores da Colônia Z-15, de pesca do mapará, peixe muito popular na região do Baixo-Tocantins. Ora, não é de se estranhar, desse modo, que, de acordo com a “rede institucional”, se falasse tanto sobre mapará, ao ponto de aborrecer o “seu” Sílvio. Estranho mesmo seria se aquela comunidade de pescadores, em vez de mapará, falasse de salmão ou bacalhau, peixes presentes em uma gastronomia considerada mais requintada, totalmente estranha à realidade daqueles homens e mulheres da Colônia Z-15.

Com se pode observar, nas situações acima, nos três planos exemplificados, percebe-se uma coerção que associa os enunciadores a uma determinada formação discursiva imbricada à comunidade discursiva em que eles se inserem. Em outras palavras, semanticamente, eles encontram-se circunscritos a uma certa prática discursiva.

O sistema de restrições semânticas globais precisa ser entendido como um modelo daquilo que Maingueneau (2005, p.49) chamará de *competência discursiva*, que é parte constitutiva desse sistema. Assim, mediante essa competência, os sujeitos inserem-se em determinadas formações discursivas, podendo, eventualmente, alternar para outras FD. E, aqui, entra em cena mais um dos planos discursivos, que são as instâncias de enunciação, senão vejamos: o Lula operário era radical, contestador, subversivo, criticando a política salarial ditada pelos patrões, comandando greves, realizando *piquets* em frente às fábricas do ABC paulista. Este era o Lula sindicalista. Já

o Lula Presidente mantém um discurso moderado, de conciliação. Ou seja, com a mudança de todo um contexto histórico, em que outras condições de produção perpassam a construção do discurso, houve também uma mudança de FD, sem nos esquecermos de que as relações entre FD são constitutivas de novos posicionamentos assumidos pelos sujeitos.

Com efeito, o discurso encontra-se imbricado às condições de produção que constituem a realidade em que ele está inserido, sendo insuficientes as circunstâncias que residem no contexto da enunciação, postulado pela Pragmática, de vez que o contexto a ser considerado é aquele historicamente constituído. Daí por diante, ao se falar em discurso, não se está referindo simploriamente a um conjunto de textos, mas a uma *prática discursiva*, sobre a qual havíamos iniciado nossas considerações:

Essa reorientação de conjunto nos leva a remodelar a noção de discurso. No início, nós o concebemos como permanecendo na órbita da estrita textualidade. Agora somos deslocados em direção a seu ambiente, para fazer uma imbricação semântica irredutível entre aspectos textuais e não textuais. Seria melhor, pois, definir nosso objeto não como discurso, mas como prática discursiva (MAINGUENEAU, 2005, p.143).

Assim, por esse deslocamento “em direção a seu ambiente”, concebe-se a constituição do discurso a partir dos vieses histórico, social e ideológico. O texto constitui-se de todo um arcabouço de experiências concretas vividas mediante as atividades humanas em geral, incluindo-se necessariamente a linguagem, posto que ela por si própria já constitui um fato, uma prática que se funde com todas as demais atividades humanas.

## **2.2. Formação discursiva e comunidade discursiva**

Importante observar que a ideia de formações discursivas que se entrelaçam com formações ideológicas será incorporada à Análise do Discurso Francesa, ainda em seu início, por Pêcheux, que se ancora no quadro teórico do marxismo althusseriano para desenvolver sua teoria. Para ele, toda ação social, incluindo-se, aqui, o discurso, pressupõe a existência de

posições políticas e ideológicas, que não são feitas de indivíduos, mas que se organizam em formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. Essas formações ideológicas incluem uma ou várias formações discursivas interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito. (HAROCHE, HENRY E PÊCHEUX, 1971, p. 102 apud CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 241).

É bem verdade que, nessa primeira fase da AD, Pêcheux ainda estabelecia uma relação direta, uma correspondência biunívoca, em que uma formação discursiva se constituía em função de uma formação ideológica. Desse modo, consagrava-se a noção de “assujeitamento”, isto é, os sujeitos envolvidos numa situação discursiva encontravam-se assujeitados à formação social da qual faziam parte. Ocorria, assim, o que se convencionou chamar de “apagamento do sujeito”. No assujeitamento, o enunciador alimentaria a ilusão de ser plenamente autônomo em relação ao seu discurso, quando, na verdade, inconscientemente, ele seria mero reproduzidor de uma dada formação ideológica. Comentando o pensamento althusseriano sobre as ideologias, Pêcheux e Fuchs (1997, p. 165-166) referem que

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar de *interpelação* ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas.

Por outro lado, Foucault, ao desenvolver a noção de formação discursiva, ao contrário de Pêcheux, evita tratar do caráter ideológico da FD, optando por falar em enunciados. A esse respeito ele é bastante claro e incisivo, em tópico em que trata sobre as FD: “Tentei descrever relações entre enunciados.” (1987, p. 35). Ainda que, ao tratar sobre a noção de discurso, ele contemple a ideia de “dizeres” e “fazer”, correspondente às formações discursivas (FD) e comunidades discursivas (CD), muito caras aos estudos da AD, ele realmente passa ao largo de considerações à luz de implicações ideológicas, preferindo falar em “saberes/poderes”, como observa Granjeiro (2007, p. 37)

Foucault concebe as formações discursivas não em termos de ideologia, termo profundamente marcado historicamente pelo viés marxista de posições no tocante à luta de classes, mas em termos de saberes/poderes.

Eis como ele concebe as formações discursivas, citando a escolha de uma “descrição entre enunciados”, como meio para poder identificá-las:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e, no caso em que, entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (...), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1987, p. 43).

É inquestionável a enorme contribuição de Foucault para a AD e, em particular, para os estudos da prática discursiva, termo este que ele próprio introduz (Cf. MAINGUENEAU, 2005, p. 143). Basta ver que o caráter, por ele concebido, de formação discursiva, acima referenciado, compreendendo uma “regularidade entre objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas”, irá aparecer em Maingueneau, quando este trata sobre os planos discursivos. A “regularidade” entre esses elementos resulta em uma “grade semântica”, uma *semântica global*, tratada no 3º capítulo da *Gênese dos Discursos*. Isso tudo, por si só, já justificaria a pertinência em referir Foucault, no bojo dos propósitos da presente pesquisa, uma vez que sua teoria constitui subsídio importante para uma compreensão a mais acerca do tratamento dado por Maingueneau a um objeto de vital relevância em nosso trabalho, que é o sistema de restrições semânticas.

Considerando o que dissemos anteriormente, que a linguagem, ela própria, constitui um fato social, bem como o que observa Maingueneau, acerca de que “o discurso não deve ser pensado somente como um conjunto de textos, mas como uma prática discursiva” (2005, p. 25), é possível entender melhor que o discurso não é a flor do quadro de natureza morta. Antes, é uma flor que exala perfume, atrai abelhas e colibris, é viva. Passando pelo botão, desabrocha, fazendo-se flor com características que lhe permitem as condições oferecidas pelo ambiente: se este for desértico, será uma flor de cacto ou mandacaru; se brotar nas montanhas geladas dos Alpes, poderá – quem sabe – ser a emblemática *edelweiss*.

Atentemos agora para um elemento de capital importância em uma abordagem acerca do discurso como prática discursiva: as *comunidades discursivas*. Todo discurso carrega as marcas da articulação entre o exercício enunciativo e a comunidade a que ele corresponde. A respeito dessa comunidade, assim comentam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 108):

A noção de comunidade discursiva é solidária à de formação discursiva(...). Os modos de organização dos homens e de seus discursos são indissociáveis; as doutrinas são inseparáveis das instituições que as fazem emergir e que as mantêm. Essa hipótese diz respeito, em primeiro lugar, aos grupos de *produtores* de textos, que não devem ser considerados como mediadores *transparentes*. Uma tal hipótese recusa toda interpretação ingênua da distinção entre “interior” e “exterior” de uma formação discursiva. Nessa perspectiva, a noção de comunidade discursiva permite, sobretudo, caracterizar os locutores, destacando posicionamentos.

Essa “solidariedade” faz com que as FD e as CD se conduzam uma à outra, constituindo-se mutuamente. Desse modo, a caracterização do discurso acaba funcionando também como a caracterização da comunidade discursiva. É condição *sine qua non*, na análise de uma prática discursiva, que se considere a fundamental imbricação entre um *dizer* e um *fazer*. Por conta dessa imbricação, que funciona como um “nó embreante”, é revelada a dêixis enunciativa. Assim, é possível identificar as marcas linguísticas que fazem a remissão entre as duas ordens: comunidade e discurso.

É muito feliz o uso da expressão “nó embreante”, utilizada por Maingueneau, porquanto ela nos remete ao significado de “embreagem” dentro da terminologia da mecânica dos automóveis. Em geral, os carros possuem três pedais: da direita para a esquerda, acelerador, freio (ou breque) e embreagem. Qual a função deste último? Permitir que, na troca de marcha, o carro engrene e tracione, isto é, transmita a força do motor para o eixo, chegando até as rodas. Quando o motor do carro está desengrenado, dizemos que ele está em ponto-morto ou desengatado. Existe verdadeiramente um desengate, pois nesse momento nada o prende à transmissão, não existe um “nó embreante”. No caso da prática discursiva, jamais existirá esse ponto-morto, a não ser que o discurso fosse apenas um conjunto de textos desgarrados da realidade, o que, como já observamos anteriormente, não é possível. Em nossa metáfora, interessam-nos as marchas. Pois bem, para cada tipo de marcha, temos uma determinada posição da alavanca de câmbio: ao sair, embreamos a primeira marcha; a cerca de 10 km/h, a segunda; a 20 km/h, a terceira; a 40 km/h, a quarta; a 70 ou 80 km/h, a quinta marcha. Se precisamos colocar o carro em contra-marcha, engatamos a ré. Percebe-se, portanto, que, para cada marcha, é precisar embrear o carro para que se possa posicionar o câmbio na marcha desejada. Ao olharmos e/ou tocarmos no câmbio, saberemos em que marcha o carro se encontra. Do mesmo modo que o câmbio automotivo, o nó embreante imbrica e, por assim dizer, personaliza a fala de cada comunidade discursiva. Se, no automóvel, uma determinada posição do câmbio pode indicar que ele está em quarta marcha, uma certa marca no discurso indicará que seus autores fazem parte, por exemplo, de uma entidade estudantil universitária; uma outra marca poderá indicar que se trata de um discurso de entidade docente. Ilustremos esse aspecto com dois excertos retirados do *site* da Adufpa e do *blog* do DCE, respectivamente:

Com a finalidade de discutir e esclarecer a comunidade universitária sobre a proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento e Orçamento Geral (MPOG), que altera o regime de Dedicção Exclusiva dos docentes das IFES, a ADUFPA realiza no dia 08 de julho, às 10

horas, um grande debate sobre o assunto no Auditório Setorial Básico da UFPA. (Anexo 5C)

Ontem, após um amplo processo de mobilização, que teve sua origem no CT - Centro Tecnológico - obtivemos uma grande vitória na reunião com os Coordenadores de Curso: todos (as) os (as) estudantes que possuem alguma disciplina pendente não terão seu semestre retido, mas, ao contrário, seguirão normalmente seu percurso acadêmico e terão que pagar, concomitantemente às disciplinas do respectivo bloco, no mínimo, duas pendências. Aos concluintes ficou garantido prioridade, e os mesmos poderão pagar todas as disciplinas que devem juntamente com as do seu respectivo período. (Anexo 2C)

Não é difícil perceber, nos dois trechos, diferentes temas, que acabam se constituindo como nós embreantes, revelando as instâncias de enunciação. No caso dos docentes, um assunto cuja discussão lhes é muito própria e de seu grande interesse: o regime de *Dedicação Exclusiva (DE)*, pois está relacionado diretamente à sua carga horária de trabalho, à sua remuneração, ao seu impedimento de exercer as funções em outro estabelecimento etc. Quanto à nota do DCE, aqui temos um assunto que é da maior relevância para a classe discente: a questão dos créditos das disciplinas do currículo, pois aos estudantes interessa que sejam implementadas ações acadêmicas que desembarquem quaisquer estorvos que venham comprometer a integralização desses créditos.

### **2.3 As relações interdiscursivas**

Em sua *primeira hipótese*, Maingueneau (2005, p. 21) defende que o interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Significa dizer, entre outras coisas, que a estrutura do discurso se forma a partir da relação interdiscursiva (primado do interdiscurso). A própria identidade do discurso nasce da interdiscursividade. Não é possível, desse modo, um discurso “primeiro” ou “fundador”. O uso de tais expressões, em estudos da Análise do Discurso, justifica-se como maneira de facilitar o entendimento acerca da discussão da noção de interdiscurso. Maingueneau, usando dessa nomenclatura, dirá que “o discurso primeiro não permite a constituição de discursos segundos sem ser por eles ameaçado em seus próprios fundamentos” (2005, p. 41). A referência, na realidade, é para explicar que, por conta das restrições semânticas presentes em cada discurso, haverá um certo “conflito” com discursos segundos. Esse “conflito” ocorre exatamente pelo fato de os discursos “primeiro” e “segundo” se apoiarem em formações discursivas distintas. O discurso, na verdade, é constituído sempre a partir de relações interdiscursivas. Em outras palavras, não existirá nem existiu

nunca um discurso puro, fundador ou primeiro. O discurso é sempre perpassado por outros discursos das mais diversas fontes enunciativas, algumas vezes, sem traços visíveis; outras vezes, de forma explícita.

### **2.3.1. Universo, campo e espaços discursivos**

De acordo com o que vimos até aqui, a matéria-prima do discurso são as formações discursivas, que, como lembra Maingueneau (1997, p. 117), estão contidas em “um conjunto necessariamente finito, mas irrepresentável, jamais concebível em sua totalidade, pela AD”. Para que se tenha uma ideia mais clara do que seja algo que é finito, mas irrepresentável, recorramos a uma visão cosmológica. Os estudos das últimas três décadas sobre o cosmos têm apontado para a possibilidade de que ele seja fechado e finito em número de corpos. Todavia, dada a sua imensidão, fica impraticável a tentativa de representar todos os corpos que ele contém. Assim como temos um universo de corpos astronômicos incontáveis e indefiníveis, *ipso facto* temos um *universo discursivo* que compreende o conjunto de todas as formações discursivas. No universo da astronomia, diferentes corpos se apresentam: galáxias, quasares, pulsares, nebulosas, buracos negros, estrelas, planetas, cometas etc. Do mesmo modo, no universo discursivo há todo um caleidoscópio de diferentes formações discursivas, que representam *campos discursivos*: religioso, científico, político, literário etc, só para citar os rótulos mais conhecidos a que se recorrem. Nossa analogia não para por aqui, uma vez que, do mesmo modo que temos galáxias elípticas, anelares, espiraladas etc, ou estrelas gigantes-vermelhas, anãs-brancas, supernovas etc, dentro dos campos discursivos, existem os *espaços discursivos*, em que diferentes formações discursivas podem se encontrar em concorrência, como é o caso dos discursos religiosos do jansenismo e do humanismo devoto, objeto de estudo de Maingueneau.

Voltando à nossa analogia, em que pese o Halley e a Terra representarem campos diferentes (o Halley é cometa, enquanto a Terra é planeta), entre eles podem ou não ser estabelecidas certas relações. Do mesmo modo, os campos discursivos podem se entrecruzar, senão vejamos: há, atualmente, uma intensa discussão em torno das pesquisas com células-troncos no Brasil. Um dos maiores combatentes dessas pesquisas é a Igreja Católica. Ora, o discurso próprio da igreja é o religioso. Por esse viés, as pesquisas com células-troncos constituem um ato nefando e monstruoso, pois atentam contra o sagrado dom da vida outorgado por Deus, a quem unicamente cabe dispor desse bem. Para que esse tipo de pesquisa ocorra, faz-se necessário que o embrião seja

sacrificado, promovendo-se, assim, a cultura da morte, contrariando frontalmente o sexto mandamento da Lei de Deus: “Não matar”. Sabe-se, contudo, que a igreja, com o fito de fortalecer sua luta e atrair a opinião pública a seu favor, aventura-se através de outros campos, como o científico, ao defender que é mais promissor, enquanto pesquisa, que a ciência se aprofunde nos estudos com células adultas, cujos resultados têm se mostrado animadores, permitindo que se desista do inconveniente de ter de sacrificar o embrião.

É ainda a Igreja que, pelo discurso religioso, sua via própria, combate as campanhas de uso de preservativo, pois isto concorre, segundo ela, para que se dissemine a promiscuidade, atentando contra outro mandamento, o sétimo: “Não pecar contra a castidade”, como reza o catecismo da Igreja. Porém, como forma de reforçar a necessidade de não se usar a camisinha, ela recorre a discursos mais utilitaristas, tais como o que adverte que o preservativo pode se romper, correndo-se o risco de contrair doenças sexualmente transmissíveis ou de ocorrer uma gravidez indesejada; ou ainda, mesmo que não se rompa, não é comprovada em 100% a eficácia em evitar uma DST ou gravidez.

As mudanças de campo, obviamente, não ocorrem ao acaso; elas se manifestam a partir de circunstâncias historicamente definidas que perpassam essas trocas. Basicamente, o trânsito de um campo a outro tenciona, como vimos nos exemplos acima, que o discurso se fortaleça, que seja corroborada a argumentação em curso, que busque o que Maingueneau (1997, p. 117) classifica como a “eficácia” dos discursos:

Este estudo das trocas entre campos desemboca imediatamente sobre a questão da *eficácia* dos discursos, sobre sua aptidão em suscitar a adesão de um conjunto de sujeitos.

Tratar sobre o interdiscurso, sustentar a realidade do seu primado sobre o discurso demanda inapelavelmente que se o conheça mais profundamente, que se adentre em seu âmago, que se mergulhe em sua *gênese*, como o faz Maingueneau (2005), aproveitando, inclusive, esse termo no título de sua obra, o que reflete a preocupação em justamente perscrutar o ato de concepção do discurso para melhor descrever a sua natureza. Maingueneau (1999, p. 119) “recomenda” ao pesquisador que ele não perca de vista o discurso como fruto sempre de uma relação: as relações interdiscursivas. Ao analista deve ser proposto

o interdiscurso como objeto e fazê-lo apreender, de imediato, não uma formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas”. Isto

implica que a identidade discursiva está construída na relação com o outro. Não se distinguirão, pois, duas partes em um “espaço discursivo”, a saber, as formações discursivas por um lado, e suas relações por outro, mas entender-se-á que todos os elementos são retirados da interdiscursividade (MAINGUENEAU, 1997, p. 119-120).

O RG de uma FD, portanto, identifica precisamente uma relação, e não elementos separados. Como já foi mencionado, não se pode deixar iludir pela sedutora, mas equivocada concepção de que o discurso A sofre influências do discurso B, que, por sua vez, influenciará o discurso C. De modo algum é essa a natureza do discurso. Na verdade, toda FD se constitui a partir da relação interdiscursiva.

### **2.3.2 Heterogeneidade constitutiva (HC) e heterogeneidade mostrada (HM)**

Falar de heterogeneidade constitutiva (HC) implica considerar uma condição em que o discurso encontra-se no domínio do interdiscurso. A ideia de que as relações interdiscursivas são partes constitutivas de um discurso é um vetor que se cruza com a noção de dialogismo do círculo de Bakhtin: os discursos dialogam. Toda formação discursiva constitui-se de elementos já construídos. Esses elementos, contudo, não são trazidos “*in natura*”, mas processados. Ou, analogamente aos alimentos, são “digeridos”. Nesse processo “digestivo”, alguns elementos considerados “nutritivos” são aproveitados; outros, como se fossem bagaço, são rejeitados e descartados. Portanto, a partir das relações entre formações discursivas, local de trabalho, lugar de processamento do discurso, tem-se um novo discurso. Esse não é, todavia, resultado de uma relação biunívoca entre o enunciado presente na memória discursiva e a efetiva constituição desse novo discurso.

Essa relação se dá por meio do que Courtine chama de *redes de formulações*. Maingueneau (1997, p. 115), a partir dessa noção, defendida por seu compatriota, explica que cada rede “corresponde, pois, às diferentes formulações possíveis do ‘enunciado’ no interdiscurso”. Esse “enunciado”, aqui concebido como “invariante”, constituiria o “discurso primeiro”. Nenhuma formulação é pura, isenta de outras formulações, exatamente pelo primado do interdiscurso, que a domina sempre. Nisso consiste a HC, em que cada discurso carrega as *pegadas* de outros discursos, mesmo que essas *pegadas* não se apresentem visível e explicitamente.

O domínio de memória é que possibilita a HC, pois, mediante ele, o interdiscurso se desdobra em inúmeras formulações. A noção de *memória discursiva* apresenta uma certa afinidade com os postulados defendidos no dialogismo de Bakhtin

(2002), com cujas formulações Maingueneau estabelece estreitos elos. Não deve ser estranhada essa afinidade, até porque, conforme Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 160),

O dialogismo é um conceito emprestado pela análise do discurso ao Círculo de Bakhtin, e se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzir.

Não se pode deixar de perceber a coincidência, em linhas gerais, desse conceito com o de *memória discursiva*, segundo o que concebe Pêcheux (1999, p. 52 *apud* Patriota; Turton, 2004):

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ser lido, vem restabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Ao lado da heterogeneidade constitutiva, que perpassa o discurso, existe outro tipo de heterogeneidade, cujas “pegadas”, diferentemente da HC, são bastante visíveis na tecitura do discurso: a *heterogeneidade mostrada* (HM). Entre a fala das entidades de classe e da AS, essa heterogeneidade amiúde se apresenta, pela alusão que uma nota faz à outra, havendo o cruzamento de um discurso com outro. Ou seja, os discursos se tocam apresentando formações discursivas distintas, com a materialidade do discurso das entidades sendo revelada, de forma explícita, na materialidade do discurso da AS e vice-versa. Colocando lado a lado HM e HC, Maingueneau (1997, p. 75) resume:

A primeira incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade e fontes de enunciação, enquanto a segunda aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície, mas que a AD pode definir, formulando hipóteses, através do interdiscurso, a propósito da constituição de uma formação discursiva.

Procurando demonstrar a relação que se estabelece entre os dois tipos de heterogeneidade, Authier-Revuz (2004, p. 21), traça um percurso, numa visualização panorâmica, de um ponto a outro do “espectro de cores” (como no arco-íris) das nuances dos dois tipos de heterogeneidade, saindo dos limites de uma e adentrando em outra:

Partindo das formas marcadas que atribuem ao outro um lugar lingüisticamente descritível, claramente delimitado no discurso, passando pelo *continuum* das formas recuperáveis da presença do outro no discurso, chega-se, inevitavelmente, à presença do outro – às

palavras dos outros, às outras palavras – em toda parte, sempre presentes no discurso, não dependente de uma abordagem lingüística.

Desse modo, a autora, cuja distinção entre HC e HM, da maneira como ela efetua, é amplamente utilizada por outros autores, inclusive por Maingueneau, acena para uma realidade inevitável em relação à natureza do discurso, que aqui estamos tratando: interdiscursividade. Mesmo que se percama de vista todas as marcas visíveis da presença do outro na superfície do discurso, ele estará, sim, presente num constante “diálogo”.

Para que possamos ter uma noção mais prática dos dois tipos de heterogeneidade, transportemo-nos para as aulas de química do colégio e nos lembremos das lições de “mistura homogênea” e “mistura heterogênea”. A mistura homogênea pode ser demonstrada na junção de água com açúcar, em que não é possível visualizar os dois elementos, separadamente. Contudo, mesmo essa “homogeneidade” da mistura é heterogênea. É um paradoxo simples de ser entendido, porque, como sabemos, a água é insípida, todavia, com açúcar, se torna doce; no açúcar, existe uma doçura em forma sólida, mas na mistura com água, será em forma líquida. Ou seja, a característica de ambos permanece na mistura: o estado líquido da água e a doçura do açúcar. Em suma, na constituição da água com açúcar, existe, sim, uma heterogeneidade. Assim, como na solução (mistura de água e açúcar), do mesmo modo, para a AD, não há a possibilidade de um discurso homogêneo, porque é da natureza discursiva o permanente diálogo com outros discursos, o que constitui, como vimos, o primado do interdiscurso.

A mistura heterogênea pode ser demonstrada na junção de água e óleo. Por ser mais densa, a água ficará na parte de baixo, enquanto o óleo, mais leve, ficará em cima, podendo, ambos, ser visualizados separadamente. Essa visualização permite que a heterogeneidade seja mostrada. Maingueneau (1997, p. 75-110) descreve vários tipos de ocorrência da heterogeneidade mostrada, como a “ironia”, a “negação”, o “discurso relatado”, a “imitação”, entre outros, cujas ocorrências no *corpus* da pesquisa são objetos de nossa análise.

#### **2.4. A polêmica como interincompreensão**

Da relação com o Outro, surge uma outra faceta da prática discursiva, conhecida como “interincompreensão”. Soando, a princípio, um tanto contraditória aos ouvidos do leigo, ainda recém-iniciado nos “rituais” da AD, uma vez que a presença do prefixo

*inter* pode denotar uma relação de reciprocidade, essa denominação acaba por semear uma certa interrogação, uma vez que *inter* é secundado por outro prefixo, agora indicando negação: *in*. Meditando mais profundamente sobre o termo, conclui que se trata de uma “incompreensão partilhada”. Essa interincompreensão decorre da presença de posições discursivas concorrentes, que rejeitam o discurso do Outro e reivindicam o seu próprio:

Cada discurso repousa, de fato, sobre um conjunto de semas repartidos em dois registros: de um lado, os semas “positivos”, reivindicados; de outro, os semas “negativos”, rejeitados. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Esse aspecto do discurso, em que os semas se repartem em um duplo registro, pode ser ilustrado na tonalidade de um piano, em que o marfim, das teclas brancas (tons naturais) coexiste com o ébano, das teclas negras (tons sustentados), muito embora apresentem acordes com afinações diferentes. O mesmo se dá com o tom de formações discursivas concorrentes: embora, por assim dizer, elas se acoplem perfeitamente, são marcadas pelas diferenças.

Cria-se, deste modo, um *diálogo de surdos* como chama Maingueneau, para quem “a interincompreensão se manifesta no fato de que cada discurso é delimitado por uma grade semântica que, em um mesmo movimento, funda o desentendimento recíproco” (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

Para que se configure a interincompreensão, é necessário que haja uma base comum para que as próprias diferenças sejam construídas. É o que ocorre nas formações discursivas produzidas no embate entre católicos e evangélicos. Ainda que exista uma oposição radical entre os pontos de vista que defendem, ambos fundamentam sua discussão em bases que lhes são comuns, como a Bíblia, por exemplo; ou entre socialistas e republicanos, cujos postulados que são polemizados baseiam-se em pontos contemplados nos estudos da ciência política, na prática política e na visão da história, que são do domínio do conhecimento de ambos. Entretanto, não é o que ocorre, em tese, se por acaso a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Federal de Engenharia (CFE) resolverem discutir a constitucionalidade ou não de uma lei ordinária; ou se entrarem em debate sobre o cálculo para a melhor mistura na confecção de pilares de concreto que necessitem sustentar cinquenta toneladas de peso por unidade.

Certa vez, assistindo a um debate, em um programa evangélico, na televisão, os convidados eram: um pastor evangélico, um padre católico, um representante espírita e um membro da Sociedade Budista no Brasil. Entre os três primeiros, o debate, bastante acirrado, fluiu de forma bem desembaraçada. Quanto ao representante budista, é como se ele sofresse um boicote no decorrer do programa, intervindo poucas vezes. Na verdade, não houve tal boicote, isto é, não aconteceu uma ação proposital por parte dos debatedores ou do entrevistador, que era evangélico, em tolher a sua participação. Ocorre que a sua base teológica (ou teosófica) é totalmente diversa e indiferente em relação à dos três primeiros, inviabilizando, por isso, a interincompreensão.

Elemento importante em uma relação interincompreensiva é a polêmica. Pela noção usual de polêmica, ela parece estar relacionada às controvérsias que são geradas quando se discutem pontos de vista, ideias, postulados etc. É natural que se pense assim, afinal esta é uma acepção bastante corrente. Basta lembrar que a etimologia desse vocábulo o relaciona ao grego *polemikós*, que significa “guerreiro”. Quando falamos em polêmica, nos lembramos logo de alguns campos discursivos que são, por excelência, pródigos em polemizar, como o religioso e o político, entre outros. No entanto, a polêmica de que trata Maingueneau (2005) não se refere necessariamente à manifestação explícita de uma controvérsia. É bem verdade que esse aspecto faz parte da polêmica e deve ser estudado em casos de textos bem caracterizados que o contemplem. A polêmica que aqui nos interessa refere-se às disputas engendradas entre formações discursivas distintas. Aqui, entenda-se por disputa o chamado “diálogo de surdos”, a que já nos referimos, em que “não se tenta ou não é possível nenhum esforço sério que leve o adversário a mudar de posição” (DASCAL, 1998 apud CHARAUDEAU ; MAIGUENEAU, 2004, p. 379). Mesmo que se trate de uma disputa entre adversários, paradoxalmente, esta polêmica não se sustenta no antagonismo, mas, por assim dizer, num acordo entre as partes envolvidas, numa relação em que são definidas e aceitas as regras, numa articulação bem desenvolvida entre os partícipes, enfim, num código:

Na polêmica, contrariamente ao que se pensa espontaneamente, é a convergência que prevalece sobre a divergência (...). A polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto. (MAINGUENEAU, 2005, p.115).

Isso nos remete, de algum modo, àquilo que tratamos anteriormente sobre a palavra “interincompreensão”, que exprime “reciprocidade”, ainda que se trate de uma incompreensão recíproca, pois a polêmica é uma faceta da interincompreensão.

#### 2.4.1 A criação de simulacros

A polêmica, como “guerreira”, desenvolverá suas batalhas na tradução do Outro, na criação do seu *simulacro*, isto é, a imagem que o Mesmo constrói do Outro. A ideia de simulacro, no modelo de Maingueneau, como vimos no capítulo anterior, está relacionada à concepção de Gilles Deleuze, que efetua uma releitura da clássica posição de Platão<sup>3</sup> acerca da dicotomia entre duas realidades: o mundo das essências (o mundo metafísico, das ideias), e o mundo das aparências (o mundo material, dos “simulacros”). Este tema serviu como inspiração, inclusive, para o roteiro do interessante filme de ficção científica, *Matrix* (1999), dos irmãos Andy e Larry Wachowski, inspiração esta, por eles próprios declarada. Seu enredo inquietante mostra que, em um futuro próximo, o mundo, como o concebemos, torna-se uma realidade falseada. Todas as experiências vividas no dia-a-dia são apenas ilusões, não passam de um simulacro, uma simulação, um mundo virtual, onde a humanidade pensa estar vivendo; tudo forjado por um sistema inteligente de computadores do futuro de alta complexidade. No mundo real, na verdade, os seres humanos vivem na condição de escravos, como se fossem vegetais, atados a uma parafernália de fios e dutos, fornecendo energia para o funcionamento da *Matrix*.

Deleuze (2000, p. 260) diz que “os *simulacros* são (...) construídos a partir de uma dissimilitude, implicando uma perversão, um desvio essenciais”. Aqui, a contextualização, obviamente, situa-se na seara filosófica do pensador francês. Mesmo assim, no caso da polêmica, é precisamente esta ideia que transparece, pois a imagem do Outro é projetada negativamente a partir da perspectiva do enunciador, apresentando outras nuances em sua aparência:

A cada posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro, traduzindo-os nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constrói dele. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103).

---

<sup>3</sup> Deleuze trata sobre a questão dos simulacros em seu ensaio *Platão e o Simulacro*, que seria incorporado, mais tarde, à sua obra *Lógica do Sentido*, como apêndice, mudando o título para *Os simulacros e a filosofia antiga*.

Em tais *posições discursivas*, observa-se sempre a existência de dois tipos de discurso: o agente (*tradutor*) e o paciente (*traduzido*). É importante observar que, nessa polarização, os dois papéis não são rígidos, pelo contrário, tal classificação está relacionada à visão do enunciador, pois “esta noção de discurso agente remete a um único papel: em uma polêmica, os papéis de agente e paciente se alternam constantemente” (MAINGUENEAU, 1997, p. 117).

Vejamos como acontece esse jogo de simulacros, em que um *agente* ora traduz, ora - transformado em *paciente* - é traduzido, com um exemplo da política acadêmica da UFPA, retirado (em *avant-première*) de nosso *corpus*:

Os grupos que se movem nesse episódio, como em outros, não estão interessados em diálogo, não aceitam argumentos contrários aos seus, plantam versões deturpadas à imprensa, caluniam e não têm crédito dentro da própria comunidade universitária. (...) São as mesmas pessoas infiltradas no DCE, Sintufpa e Adufpa. (Anexo 1A).

Aqui, vemos a AS fazendo referência às pessoas participantes da tomada da Reitoria, como estando ligadas - ainda que “infiltradas” - às três entidades. Neste trecho, o agente (*tradutor*) é a AS, enquanto o paciente (*traduzido*) são as três entidades. Observe que o Mesmo traduz o Outro no registro negativo de seu sistema, atribuindo-lhe a imagem de alguém que está interessado em polemizar por polemizar, pura e simplesmente e rejeitará, por conseguinte, tal sema, reivindicando para si outro sema, este em seu registro positivo, interpretando que o Mesmo, entre outras coisas, se pauta pela abertura à discussão e ao diálogo, evitando fomentar uma disputa que não desemboque em resultados práticos. No excerto seguinte, retirado de nota da Adufpa, os papéis mudam. A entidade docente, que no trecho anterior, encontrava-se arrolada entre os *traduzidos*, passa agora a ser *tradutora*, reivindicando o sema, no registro positivo de seu sistema, de que a AS (*traduzida*) deveria ater-se a atitudes mais práticas, que conduzissem a resultados efetivos e melhorias para a comunidade universitária. Para a entidade dos professores, em vez disso – e aqui temos a tradução negativa, que é rejeitada –, a AS está mais interessada em fomentar uma disputa que gere animosidade e desavenças:

Ao invés de procurar responder aos problemas centrais que atingem a UFPA e tentar viabilizar o atendimento das reivindicações estudantis, o reitor Alex Fiúza, com respostas enraivecidas, prefere partir para disputas pequenas, denunciamentos e leviandades (...). (Anexo 5A)

Esse processo de se construírem semas positivos e negativos será sempre a tônica; um recurso constante a orquestrar os tons “bemois” e “sustenidos” da polêmica,

usando-se sempre o esquema: sema no registro positivo para o Mesmo; sema no registro negativo para o Outro.

### 2.4.2 A memória polêmica

Já nos referimos anteriormente à *memória discursiva*, em que o discurso é entrecortado por outros discursos, apresentando, em seu feitiço, as marcas desses discursos. Do mesmo modo que, na visão cosmológica, o homem é resultado do pó das estrelas, o discurso é produto de enunciados que já foram utilizados em outras épocas, em situações as mais diversas. Com efeito, se existe uma memória discursiva latente na construção do discurso, é razoável afirmar que, juntamente com ela, caminha também uma memória polêmica. Se analisarmos o discurso do movimento estudantil brasileiro, que lutava contra a ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970, ver-se-ão semelhanças enormes com o discurso discente do século XXI, mesmo que os militares já tenham voltado para a caserna há bastante tempo, cedendo espaço, na política, para os civis; mesmo que se realizem eleições diretas em todos os níveis; ainda que haja liberdade de imprensa etc. Portanto, recitando versos à maneira salomônica do Eclesiastes, “não há nada de novo debaixo do Sol; o que foi, é o que há de ser”. Reflexões existenciais bíblicas à parte, não é um dado movimento, uma determinada bandeira de luta que pode reivindicar o “direito autoral” exclusivo pela instalação da polêmica, como refere Maingueneau (1997, p.123):

A polêmica não se instaura de imediato; ela só se legitima ao aparecer como a repetição de uma série de outras que definem a própria “memória polêmica” de uma formação discursiva.

No aspecto político e ideológico, um dos vetores importantes que contribuem enormemente para o fato de a memória polêmica conseguir atravessar décadas sem que fique embotada pela ação do tempo, mantendo certas “regularidades discursivas”, advém da existência, ao longo de um certo tempo, de uma polarização ideológico-social bem definida, como descreve Mayaffre (2007, p. 47-48):

No interior do vasto domínio da fala política contemporânea, dois tipos discursivos se distinguem para se afrontar: o falar comunista ou revolucionário e o falar burguês ou republicano. (...) Os traços típicos dos falares republicanos vs. revolucionários são suficientemente robustos em sua originalidade respectiva para resistir à evolução cronológica, às mudanças temáticas ou as coerções genéricas (...).

O postulado de Mayaffre leva em conta grandemente o aspecto político-ideológico pecheutiano que perpassa discurso. O contexto específico no qual o autor se

baseia para sua pesquisa é um conjunto de mil discursos da política francesa dos anos 1920 e 1930 em que havia, de um lado, políticos republicanos, como Bum, Flandin e Tardieu, que defendiam a reforma do estado capitalista, e, de outro, um político de ideário revolucionário, Thorez, que exigia que esse estado fosse abolido. (Cf. *ibidem*). Tal contexto carrega semelhanças com a polarização que se criou, no Brasil, a partir das últimas três décadas, tendo-se, de um lado, os governos militares, sobretudo o de Figueiredo, com a abertura política, passando pela Nova República, chegando aos nossos dias, em que se defendia/defende a reforma desse estado capitalista, pela via republicana, ou seja, pelo trajeto do parlamento, e de outro lado, movimentos sociais e partidos socialistas/comunistas, que apontavam/apontam suas bandeiras para a revolução, visando à extinção do capitalismo burguês e a instalação de um governo revolucionário socialista, como fica bem claro no jornal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados - PSTU:

O capitalismo não se desintegra por si só. Para destruir o Estado burguês e construir outro é preciso uma ação consciente e planejada, que direcione a rebelião das massas para uma revolução socialista. E isso não se dá via eleições e conquista de cadeiras no parlamento dos patrões, mas sim pela transformação da luta de classes em luta política, em luta pelo poder. (Anexo 6C)

A polêmica como interincompreensão pode ser metaforizada como a confluência dos rios Solimões e Negro, em que as águas escuras do afluente, de modo algum, se misturam às águas barrentas do majestoso rio principal. O fato de suas águas não se juntarem decorre de uma conjugação de vários de fatores, entre os quais a diferença de densidade, sendo este fator o responsável imediato pela não interseção das águas, já que diferentes densidades não permitem a mistura dos líquidos. Assim como na situação fluvial, em que diferentes fatores concorrem para que as águas dos dois rios, mesmo se encontrando, não se misturem, no rio da AD, há toda uma implicação de elementos (aqui estudados) que resultarão na polêmica.

Como já apresentamos, de acordo com o sistema de restrições semânticas globais, traçado por Maingueneau, cada FD, em função das coerções discursivas, possui uma matriz semântica própria. Cada semântica é definida por singulares imbricações (muitas vezes sutis). Não é difícil entender, portanto, que diferentes operações semânticas que acontecem nos discursos (o modo como eles se configuram) e que estão intimamente relacionadas à articulação entre FD e CD (o dizer e o fazer) resultam em grades semânticas distintas que podem acarretar uma incompatibilidade tal, que seja

impraticável o entendimento entre as partes envolvidas, não obstante a perfeita articulação do diálogo, ainda que este seja “de surdos” (interincompreensão), desembocando, não raro, em uma disputa incessante, constituindo-se, assim, a polêmica, cujos desdobramentos serão observados em ação, isto é, como ela ocorre, na prática, no capítulo seguinte.

### CAPÍTULO III – ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA

Conforme já referenciado no primeiro capítulo, a presente análise está assentada sobre o discurso da política acadêmica na Universidade Federal do Pará (UFPA). Em relação ao *campo discursivo*, portanto, e já utilizando a classificação descrita por Maingueneau (1997, p. 116-118), o discurso aqui contemplado é o político. Dentro desse campo, estamos investigando o *espaço discursivo*, dividido por quatro comunidades discursivas, a saber: a *Associação dos Docentes da UFPA* (Adufpa), o *Sindicato dos Trabalhadores da UFPA* – Sintufpa, atualmente *Sindicato dos Trabalhadores* das Instituições Federais de Ensino Superior no Estado do Pará (Sinditfes), o *Diretório Central dos Estudantes* (DCE) (as três principais entidades de classe da comunidade universitária da UFPA) e a Administração Superior da UFPA, cujos discursos, atravessados por diferentes formações discursivas, são materializados em notas.

As notas possuem caráter informativo, sendo emitidas, como já dissemos, quase sempre, por ocasião de eventos relacionados a algum protesto, a alguma reivindicação, muitas vezes sob um acentuado estado de “ebulição” dos ânimos, e chegam rapidamente aos destinatários. Outros gêneros não permitiriam essa *instantaneidade* de que gozam as notas, que, em geral, após serem produzidas, são logo distribuídas nos portões dos campi e nas salas de aula - no caso das entidades de classe – e lançadas na Intranet – no caso da AS. Eventualmente, também, elas são reproduzidas em jornais ou postadas na Internet, entre outros. Desse modo, a opção pelas notas, portanto, não se dá de forma arbitrária, mas decorre de uma adesão às condições genéricas de enunciação, revelando aquilo que Maingueneau (1997, p. 39) menciona ao tratar sobre o estudo do gênero. Dando um exemplo de um discurso de um chefe de estado, o autor refere que

Antes mesmo que ele comece a enunciar, um certo número de coerções genéricas distribuem os lugares, circunscrevem os temas abordáveis etc.

É bem verdade que isso não quer dizer que para cada situação haverá um único gênero fixo e imutável possível de ser utilizado em tal situação, tanto que o autor prossegue:

Mas, em função da formação discursiva na qual se inscreve, o enunciator poderá jogar com estas coerções ou, pelo menos, realizar escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que se lhe oferecem. (Ibidem).

Tanto isso é uma realidade que, em nossos anexos, além de notas, temos *blogs*, notícias em jornais, e uma decisão da justiça, referenciando o mesmo tema e, muitas vezes - no caso dos *blogs* e das notícias em jornais das entidades de classe -, com o mesmo tom polêmico. Essa diversidade se dá exatamente pelo lugar de onde fala o enunciador, havendo necessariamente uma mudança das coerções genéricas, que fazem com que o escrito se encaminhe para um ou outro gênero. Dito isso, continuemos a apresentar alguns importantes aspectos sobre as partes envolvidas na política acadêmica da UFPA.

A representação das três entidades e a Administração Superior possui mandato com duração assim estipulada: dois anos, com direito à reeleição, no caso de Adufpa e Sintufpa, um ano no caso do DCE, e quatro anos, também com direito à reeleição, no caso da Administração Superior da UFPA. Preliminarmente, tracemos um breve perfil de como se mostravam as representações à época da produção das notas que servem de *corpus* à pesquisa. Esta tarefa é de suma importância para visualizarmos com mais discernimento as nuances que se apresentam na dinâmica das operações semânticas constituintes das formações discursivas que se cruzam na constituição dos discursos, mesmo porque o *universo discursivo* comporta certos elementos que funcionam como “ingredientes” de uma sopa, tais como uma dada situação imediata, um contexto histórico e social, uma inspiração ideológica etc, “sopa” esta em que são “cozinhas” as formações discursivas.

### **3.1. O contexto político-ideológico no cenário da UFPA**

Em linhas gerais, as diretorias que estavam à frente das gestões de Adufpa, Sintufpa e DCE à época da produção das notas possuíam uma convergência muito grande em relação a um ideário político de esquerda, de certa forma radical, inspirado, em muito, nos ideais socialistas, concretizando-se, na prática, numa afinidade a partidos socialistas, como o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). É bem verdade que, das três, a Adufpa evitava demonstrar um posicionamento partidário mais formal.

Uma demonstração prática dessa postura de esquerda é que, nas últimas eleições para reitor, nenhuma das entidades apoiou os candidatos que obtiveram maior votação, Carlos Maneschy e Regina Feio. O primeiro - que saiu vencedor -, embora fosse candidato de oposição, possui um perfil político de centro e moderado, o que não é muito diferente, nesse aspecto, do perfil da candidata Regina Feio, apoiada pelo antigo

reitor, Alex Fiúza de Mello. Essa característica mais moderada decerto não entusiasmou as três entidades, que optaram por apoiar a candidatura de Ana Tancredi, cuja orientação política de esquerda, mais radical, amealhou a simpatia das três representatividades. É bem verdade que a candidatura de Maneschky teve o apoio maciço dos servidores técnico-administrativos, o que, a propósito, foi crucial para a sua vitória na consulta à comunidade. Entretanto, esse apoio viria não via Sintufpa, mas por intermédio do grupo Tribo, que comandou esse sindicato em outros anos, e cuja linha política é mais moderada, tendo apoiado, também, no penúltimo pleito, a candidatura de Alex Fiúza.

No caso da Administração Superior da UFPA, à época, ela tinha como reitor o professor Alex Fiúza de Mello, que, como já referimos, possuía um pendor político moderado, de centro. Vale dizer que, independentemente de sua orientação política, a posição de quem está à frente de uma instituição, no caso, o gestor da Administração Superior da UFPA, pela própria natureza do cargo, apresenta um caráter bem diverso de quem está à frente de um sindicato ou de um diretório de estudantes, ainda que suas linhas político-ideológicas sejam as mais coincidentes possíveis. No caso das notas, as diferenças, que já existem, aprioristicamente, pela natureza da função social que os enunciadores ocupam, se intensificam ainda mais, pois, como já mencionamos, é pública e notória a divergência político-ideológica que elas carregam.

Essa presença dos opostos “comunista/revolucionário” *versus* “burguês/republicano”, que refere Mayaffre (2007, p. 47-48), mencionada no segundo capítulo, em relação ao caráter político-ideológico dos discursos, pode ser sentido não só nas entrelinhas das notas, mas também de forma expressa, como neste trecho em que o reitor Alex Fiúza de Mello, por ocasião de sua posse para um novo mandato, enquadra a Universidade nos cânones dos preceitos republicanos:

Esta Universidade, na moldura desse quadro, diante dos direitos republicanos e da vontade de cidadania de suas populações (...) não tem o direito de ser doméstica, de pensar-se pequena ou periférica, de contentar-se com migalhas orçamentárias. (Anexo 1C)

Ou neste trecho retirado do *blog* do diretor do DCE, à época da tomada, Fabrício Gomes, em que ele assina como “estudante de direito da UFPA” e “militante do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL”, apontando a revolução como instrumento político para se chegar ao poder:

Não estamos afirmando, porém, que a revolução seja propriedade das organizações, tampouco que os militantes desorganizados não sejam revolucionários, mas apenas reafirmando a necessidade de uma ferramenta política que nos auxilie na tomada do poder pela via revolucionária. (Anexo 3C).

Não custa repetir que este é um dado importante, pois se refere a aspectos político-ideológicos diretamente relacionados ao papel social que as pessoas responsáveis pelas notas ocupam, aspectos estes que fazem parte das condições de produção do discurso e que estão relacionados à *competência interdiscursiva* e à *vocação enunciativa* dos sujeitos, mencionadas na *quarta hipótese* de Maingueneau, conforme breve resenha da introdução da *Gênese dos discursos*, que fizemos, no primeiro capítulo,

### **3.2. A polêmica como interincompreensão – um diálogo de surdos na política acadêmica da UFPa**

Em geral, os temas em torno dos quais os dois blocos polemizam variam desde uma macroestrutura conjuntural a nível nacional, (muitas vezes até mundial, quando as notas das entidades se referem, por exemplo, ao modelo neoliberal) até assuntos exclusivos da UFPa. É bem verdade que o tema específico das notas que compõem o *corpus* desta pesquisa é a tomada da reitoria, efetuada, segundo o DCE, pelo fato de a AS não atender às reivindicações estudantis, como se depreende deste trecho, já referenciado anteriormente:

Os estudantes, organizados no DCE e nos CA's, insatisfeitos com a situação caótica de nossa universidade (...) decidiram ocupar o prédio da Reitoria. Há tempos, reivindicamos a melhoria da iluminação e da segurança, a criação do Restaurante Universitário do Profissional, contratação de professores efetivos, democracia interna, reforma do terminal de ônibus, moradia estudantil, entre outros. (Anexo 3A)

São, pois, variados pontos, potencialmente à disposição para serem debatidos. No entanto, como se trata de um palco da polêmica, a nota da AS, entendeu que

o objetivo é unicamente atingir as instituições, o Governo, tudo sob o pretexto de melhorias do serviço público. (Anexo 1A)

Mediante o contexto político ideológico, mostrado mais acima, pode-se perceber a oposição entre os perfis das entidades e os da Administração Superior. Por isso, o antagonismo por si só, *a priori*, já é um berçário fundamental na geração do “diálogo de

surdos”, redundando na polêmica. Tanto que, mesmo sem se considerar o mérito da questão em disputa, isto é, antes de se verificar o conteúdo específico do que o interlocutor defende ou reivindica, em outras palavras, daquilo que ele tem a dizer de novo, cada lado já possui um paradigma pré-concebido do Outro e de seu discurso, conforme descreve Maingueneau (2005, p. 109-110):

Antes que se constituísse o discurso jansenista, quando o humanismo devoto se encontrava num espaço discursivo diferente, seu lugar já estava inscrito no universo semântico de seu futuro adversário, o de uma devoção austera: o discurso novo não é pensado como tal, é integrado à grade preexistente. Da mesma maneira, para um discurso marxista leninista ortodoxo, qualquer discurso que se desenvolva sobre outras bases, que não as suas, é relacionado, em última instância, a uma das formas de heresia que os fundadores repertoriaram desde a origem.

Na verdade, essa é uma característica marcante da polêmica: a inviabilidade em se chegar a um denominador comum, produzindo-se, na maioria das vezes, poucos resultados práticos.

### **3.3. A construção dos simulacros nas notas**

Em vista de nosso objetivo geral, qual seja o de identificar os simulacros que se constroem na política acadêmica da UFPA, o percurso da presente análise privilegia, além da observação do contexto dessa política, a investigação de três planos discursivos, a saber: a) *a organização do vocabulário na materialidade discursiva*; b) *as marcas da heterogeneidade mostrada*; c) *os flagrantes de infração ao código dogmático da prática política*, como veremos a seguir.

#### **3.3.1. A organização do vocabulário na materialidade discursiva**

Nesse primeiro plano, nos detemos em dois perfis semânticos, a fim de verificar os semas positivos e negativos que são gerados: 1. As *ações* referidas por meio de verbos e nomes; 2. As *caracterizações*, por meio de adjetivações e nomes.

##### **3.3.1.1. As ações por meio de verbos e nomes**

O perfil das notas, de um modo geral, delineia o lugar de onde falam os seus autores, a posição que ocupam, as suas inclinações político-ideológicas, ilustrando o que se tem tratado aqui a respeito da prática discursiva. E os vocábulos que denotam as ações e que representam um dos planos do sistema de restrições semânticas fornecem um subsídio considerável na contemplação das FD que se constituem ao longo dos

textos. A partir de agora, iremos arrolar uma amostragem de termos indicativos de ação no discurso presente nas notas. Não se trata de uma coleta de dados para seleção de verbetes, como se fôssemos organizar uma espécie de “glossário terminológico” do discurso da política acadêmica da UFPA. Na verdade, o tratamento a ser oferecido a esses termos visa à identificação dos semas que são construídos pelas partes envolvidas, precípua tarefa deste trabalho, ao utilizarem tais termos. Começamos com um par de palavras muito representativo no episódio da tomada da reitoria, que é exatamente **invasão versus ocupação**.

De forma semelhante àquilo que falamos a respeito dos sem-terra e dos proprietários rurais, na emblemática oposição entre estes nomes, eles serão utilizados pelas partes para nominar a tomada da reitoria. “Invasão” prepondera nas notas da AS; “ocupação” reina nas notas das entidades, de tal maneira que, já no título de uma de suas notas, o DCE manifesta a sua preferência:

Nota pública da **ocupação** da Reitoria. (Anexo 3A)

E inicia:

Estamos no 3º dia de **ocupação** da Reitoria da Universidade Federal do Pará. (Anexo 3A)

Em sua nota, o Sintufpa assim declara:

É com alguma surpresa e muita indignação que recebemos a “nota de esclarecimento público” do reitor da UFPA, Prof. Alex Fiúza de Mello, por ocasião da **ocupação** do prédio da reitoria pelos estudantes da instituição. (Anexo 4A).

Do mesmo modo, a Adufpa se manifesta:

As **ocupações** de reitorias nas Universidades públicas têm exposto à sociedade a crise em que vivem as Instituições de Ensino Superior brasileiras. (Anexo 5A)

Agora, uma nota da AS:

A **invasão** da Reitoria por um determinado grupo do movimento estudantil (...) é uma ação de natureza estritamente política, orientada por um partido político, e que tem impacto nacional (Anexo 1A).

A opção por um ou outro termo está relacionada ao jogo de semas que são construídos, senão vejamos: “ocupação” é um termo que expressa a reivindicação de um sema positivo para as representações das três entidades, no sentido de “conquista” de um espaço que leve a garantir um resultado positivo para os seus objetivos. É

semelhante ao sentido corrente utilizado em muitos esportes, que vão desde o futebol até o xadrez. Na grande maioria das vezes em que um time de futebol está jogando mal, é porque não está ocupando bem o meio de campo ou deixando que o adversário o faça. Já na “Arte de Caíssa”, como é tratado carinhosamente o xadrez, pelos mais aficionados, é particularmente desastrosa a partida em que o jogador não consegue, já no início, ocupar o centro do tabuleiro. Para as três entidades, em particular, o DCE, a “ocupação” é um emblema de destacada importância para a conquista de suas reivindicações. Fica construído, assim, o sema positivo de que o DCE organizou a ocupação da Reitoria porque é uma agremiação de luta, defendendo a causa educacional e, em particular, a discente, atuando em perfeita sintonia com a vocação histórica do movimento estudantil como um todo, uma vez que sua decisão em ocupar o prédio mor da Instituição não é uma ação isolada; antes representa uma convergência nacional em lutar pela causa estudantil, e as “ocupações” são elementos importantíssimos para se alcançarem as metas contempladas pelos estudantes. Tudo isso fica bastante claro neste trecho da nota da entidade estudantil:

O Movimento Estudantil, de norte a sul do país, está se mobilizando contra o desmonte da Universidade Pública, expresso pela Reforma Universitária do Governo Lula. As ocupações das reitorias, sobretudo a da USP, demonstram que é possível, juntamente com os técnico-administrativos em greve, conquistarmos nossas reivindicações (Anexo 3A).

No outro extremo, no reduto do adversário, o mesmo evento será tratado de uma forma não tanto positiva. Pelo contrário, será considerado como “invasão”. O próprio senso comum não deixa dúvidas de que este termo possui uma carga pejorativa insofismável. Fomos garimpar, em um *site* de busca na Internet, e descobrimos alguns “veios” em que ele é encontrado, sendo usado nas seguintes situações: “invasão de privacidade”, “invasão da plantação, por gafanhotos”, “invasão de domicílio”, “invasão de *hackers*”, “invasão de campo” (em partida de futebol), “invasão de MSN, Orkut e e-mail” e, como não poderia deixar de faltar, “invasão de sem-terra”. A lista segue longamente, mas estas “pepitas”, retidas em nossa “bateia”, já são suficientes para o raciocínio que ora desenvolvemos.

Nas situações acima elencadas, pode-se perceber com certa facilidade o cunho negativo que um ato de “invasão” denota. Segundo a ideia que passa, uma atitude desse tipo é própria de elementos mal intencionados. “Invasão”, portanto, será o resultado da tradução, nas categorias do registro negativo do discurso construído nas notas da AS,

para a mesma ação que as três entidades, como já mencionamos, reivindicam nas categorias do registro positivo do seu discurso.

Nas ocorrências encontradas, talvez devêssemos considerar inimputável apenas o doce e saltitante gafanhoto. Afinal (sem a necessidade de nos precipitarmos em arroubos entomológicos e darwinistas), alimentar-se de folhas é um meio de sobrevivência determinado, na evolução dessa espécie, pela seleção natural. E já que nosso assunto é simulacro, se existisse a AGST - Associação dos Gafanhotos Sem-Terra, em seu discurso, ela poderia, inclusive, reivindicar o sema positivo para a atitude de seus associados, alegando que haviam “ocupado” a plantação, porque, no passado, antes de o agricultor se apossar da terra, ali existia uma mata primária que era o seu *habitat* natural, onde podiam se alimentar, livremente, das folhas das árvores. Como este trabalho não possui, nem de longe, o caráter das fábulas de Esopo e La Fontaine, vamos nos despedir de nosso amigo gafanhoto e retomar nosso raciocínio para um evento mais real, no caso, a tomada da Reitoria.

A interpretação negativa para a tomada da Reitoria, que leva o evento a ser considerado delituoso e, por isso, classificado como “invasão”, pode ser vista textualmente ao longo das notas da AS. Selecionamos duas. A primeira considera que a tomada da Reitoria revela a

supremacia dolosa e negativa do argumento da força sobre a força do argumento. (Anexo 8A)

Sabemos que o “dolo”, muito utilizado na faina de nossos nobres causídicos, é sinônimo de “delito”, “ilicitude” e “crime”.

Outro exemplo revelador de que “invasão” realmente é resultado da tradução, nas categorias do registro negativo do discurso da AS, como uma atitude ilegal pode ser visto neste outro trecho de sua nota, em que a tomada é considerada um ato vilipendiador de fascismo e de demagogia.

As instituições e o estado de direito não podem ser vilipendiados por um tipo de atitude fascista e demagógica, sob pena do estabelecimento de um estado de caos (Anexo 1A).

Uma vez que a AS considera, preponderantemente, que o prédio da Reitoria foi vítima de uma *invasão*, elencará outras ações que denotam ideias semelhantes, como *ataque*, *violência*, *atingir* (no sentido de *atacar*), *tumulto*, *destruir*, entre outros. No caso de ataque, por exemplo, esta palavra se traduz como uma ação de hostilidade, uma ação inimiga, beligerante. Exatamente por se tratar, na manifestação da AS, de um

*ataque*, em suas notas fica sempre patente a necessidade de resguardar a UFPA dos elementos considerados invasores. Assim, por meio de verbos, a AS apontará para ações que, segundo ela, precisam ser efetivadas a fim de salvaguardar a Instituição, como é o caso de *reagir*, contrapondo-se a *ataque*.

Ou a Universidade, que é pública - portanto, da sociedade! -, **reage** a esse **ataque** autoritário e fascistóide, ou ela será refém, cada vez mais, daqueles que objetivam destruí-la. (Anexo 1A).

Ou seja, torna-se bem visível que a AS procura passar em suas notas a imagem de que ela é a legítima guardiã da integridade da UFPA, que, naquele momento, está sendo agredida. Por conta disso, há momentos em que o tom de suas notas se eleva, assumindo um ar veemente e quase heróico, manifestado em ações como não *ceder* e não *recuar*:

Como reitor, estou recorrendo, em primeira instância, à Justiça, para garantir o funcionamento mínimo da Instituição. **Não cederei** ou **recuarei** esta posição. A autoridade, socialmente delegada, existe para ser exercida, e a Instituição, defendida. (Anexo 1A)

Nesse trecho, percebe-se, também, que a AS busca convencer a comunidade de que ela utiliza de um papel diferente daquele supostamente utilizado pelos adversários. Pelas notas da AS, enquanto seus oponentes servem-se de ataques violentos, ela, embora reagindo de forma tenaz e sólida, o faz de modo ordeiro, dentro de sua competência regimental, mediante processos legais e fóruns adequados. É por isso que será realçado o fato de o reitor representar a “a autoridade socialmente delegada” e estar “recorrendo (...) à Justiça”. Tudo isso, buscando mostrar a finalidade última, qual seja a de que a Instituição não seja prejudicada; para *garantir* que suas atividades não sejam comprometidas. São semas que se constroem no registro positivo da AS.

Uma pergunta se apresenta: como reagem as entidades a essa *tradução* construída pela AS? Não se trata de procurarmos por respostas frontal e biunivocamente dispostas em relação à fala anterior da AS, embora, eventualmente possamos, sim, encontrar reações diretas a essa fala. Obviamente que as entidades – como soe acontecer também nas notas do adversário - apresentarão suas ações com ares um tanto mais virtuosos do que aqueles mostrados pela nota da AS, como é o caso do próximo excerto, retirado de nota da entidade estudantil e que já contemplamos anteriormente.

As ocupações da reitoria, sobretudo a da USP, demonstram que é possível **conquistarmos** nossas reivindicações. (Anexo 3A)

Como mostramos, segundo as notas da AS, o objetivo da *invasão* é *atacar, agredir, atingir, destruir, tumultuar*; já em sua nota, a entidade estudantil, reivindicando um sema no registro positivo, alega que o objetivo da *ocupação* é a *conquista*; conquista de anseios, de ideais embutidos em suas reivindicações. Se essa luta faz brotar o conflito, a disputa, a polêmica, é porque se trata de um fator inevitável; porém, ao se iniciar a peleja, o objetivo central é a conquista. Pois bem, para a entidade estudantil, mesmo que, eventualmente, venha a acontecer algum dano ao prédio da Reitoria, não é esse o objetivo da *ocupação*, isto é, não há um propósito sistemático de *destruir*, de *tumultuar*, de *agredir* a UFPA, mas- pelo contrário - de *conquistar* melhorias para os estudantes da Instituição.

Por outro lado, em relação ao ato nocivo de ataque e agressão que a AS atribui à entidade discente, esta acaba por devolver-lhe tais aspectos violentos, ou seja, os papéis se invertem. Vejamos um trecho da nota estudantil bastante representativo em relação a esse ponto. Grifamos algumas ações traumáticas que, segundo a entidade, foram utilizadas pela AS.

Um estudante foi **preso** e outros **espancados** pela PM, chamada pelo prefeito do Campus, por estarem organizando uma festa no interior da UFPA. O argumento para tamanha **brutalidade** foi uma resolução do CONSAD - Conselho Superior de Administração – que impede a realização de atividades culturais na UFPA. (...) Após a **truculência** com qual fomos tratados, que mais parecem cenas da Ditadura Militar, exigimos uma retratação pública do Reitor e a exoneração do cargo do atual prefeito do Campus Marcus Vinicius. Este senhor, que ordenou o **espancamento** dos estudantes, já foi responsável pelo **atropelamento** de uma servidora em greve, demonstrando que sua permanência é inviável. (Anexo 3A)

Portanto, a *conquista*, nobre sema positivo que reivindica o DCE, é colocada em contraponto à violência, segundo a entidade, da AS, cujo sema negativo é rejeitado pelos autores da tomada da reitoria. É interessante observar, ainda, que, do mesmo modo que a nota da AS busca expressar a sua legitimidade para garantir o bom funcionamento da UFPA com ações como *não cederei* e *não recuarei*, a entidade discente também expressa esse aspecto quando **exige** a retratação do reitor e a exoneração do prefeito. Ora, se alguém é capaz de exercer uma exigência, é porque possui autoridade para tal; uma autoridade que é delegada por uma comunidade. Importante observar a escolha da primeira pessoa do plural (*exigimos*) como forma de mostrar que, em última análise, a competência da entidade discente para *exigir* advém do fato de ela falar em nome dos estudantes, sendo legítima porta-voz do alunado. Não

é à toa, aliás, que a nota é assinada, além do DCE, pela “Plenária da Ocupação da Reitoria”, pelos “CA’s – Centros Acadêmicos” e pela “Frente de Luta contra a Reforma Universitária”, como forma de demonstrar que há uma legitimidade na representação estudantil.

Na sequência dessa nota, a representação estudantil continuará sua busca em demonstrar que possui força e competência para definir rumos na UFPA. É bem verdade que há uma modalização quando fala em *solicitar* para, logo em seguida, todavia, voltar com a *exigência*:

**Solicitamos** o direito democrático de escolha do prefeito da UFPA.  
**Exigimos** a abertura de negociação da pauta apresentada e protocolada junto à Reitoria. (Anexo 3A)

Se em *exigir* há um certo risco de alguém se mostrar prepotente e autoritário, *solicitamos* demonstra atitude ordeira, contrariando, desse modo, as acusações feitas contra si de objetivar destruir a Universidade, organizando um "ataque autoritário e fascistóide"

### 3.3.1.2 As caracterizações por meio de adjetivações e nomes

Por meio de palavras ou expressões que tenham função adjetiva ou nominativa, podemos estabelecer juízos de valor acerca do seres quando os qualificamos ou denominamos. Falemos sobre as adjetivações, primeiramente.

As adjetivações constituem ferramenta poderosa e eficaz na construção de simulacros pela capacidade semântica que elas detêm - e que lhes é própria - para caracterizar um nome, conferindo-lhe uma qualidade, um estado ou uma maneira de ser. Bechara (2003, p. 142) define o adjetivo como uma

classe de lexema que se caracteriza por constituir a delimitação, isto é, por caracterizar as possibilidades designativas do substantivo, orientando delimitativamente a referência a uma parte ou a um aspecto do denotado.

Não deve ser estranhado o fato de termos nos servido de um conceito voltado para a nomenclatura da gramática normativa, um tanto imprópria para ser inserida numa pesquisa em Análise do Discurso; se o fazemos, entretanto, é porque a definição acima serve adequadamente para demonstrar que às funções adjetivas é delegado um enorme poder semântico capaz de modificar radicalmente, a cada enunciação, a caracterização de uma ação. Nas notas, esse *poder* da adjetivação será utilizado, pelo enunciador, muitas vezes, para categorizar e recategorizar ações suas, assim como as de seu

adversário, de acordo com as circunstâncias e conveniências de cada parte. Em alguns casos em que o adversário é desqualificado - o que é mostrado em 3.3.3 -, a adjetivação, com essa força “modificadora”, será de grande valia para o agente desqualificador. Por exemplo, uma parte pode posar como pessoa de caráter “democrático”, mas ser desqualificada por seu antagonista, que poderá recategorizar o seu caráter como “ditatorial”.

Em alguns casos, a caracterização pode ser efetuada por meio de um nome. Uma certa denominação que se faz de algo ou de alguém carrega um valor enunciativo que expressa um juízo que se tem a respeito do que esse algo ou esse alguém seja e/ou represente. Qualquer comissária de bordo decerto não se sentiria confortável se, durante o voo, um passageiro arrematasse: - Ó, garçõete, por favor, traga-me um copo d’água! Do mesmo modo, um cliente poderia ofender o dono de uma cantina italiana ao reclamar do exorbitante preço de um legítimo *ravioli* napolitano, exclamando: - Tudo isso por um punhado de pasteizinhos com molho?!

Vejamos, primeiramente, uma situação de como, por meio da adjetivação, o perfil das notas recebe duas caracterizações: uma, nas categorias do registro positivo do discurso da AS; outra, nas categorias do registro negativo do discurso do Sintufpa, senão vejamos: “Nota de **Esclarecimento Público**”. Com esta expressão adjetiva no título, a AS reivindica a imagem de que se preocupa com a comunidade universitária e que não quer que ela seja ignorante, e sim esclarecida em relação aos fatos que estão acontecendo no seio da UFPA, particularmente em relação à tomada da reitoria. “Esclarecer” carrega uma certa medida de nobreza ao preservar essa comunidade das mentiras produzidas pelos adversários, como se revela neste trecho da nota que recebe o título aludido:

Os grupos que se movem nesse episódio, como em outros (...), plantam versões deturpadas à imprensa, caluniam e não têm crédito dentro da própria comunidade universitária. (Anexo 1A)

Reportando-se a uma outra nota da AS, em que o reitor, já no início, também aponta para o caráter de *esclarecimento*, pois escreve “quero esclarecer” (Anexo 2A), o Sintufpa, a considera com um caráter nem tanto nobre. Ao contrário, bastante pernicioso:

Diante dos ataques desesperados, repassados através da nota **preconceituosa**, a direção do Sintufpa sente-se na obrigação de responder às provocações do reitor (Anexo 4A).

Como se vê, a tal nobreza de uma “Nota **de Esclarecimento Público**” da AS acaba por se esvaír, porquanto ela é traduzida, pelo Sintufpa, nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, como “Nota **Preconceituosa**”. Para o Sintufpa, o conteúdo da nota de modo algum é nobre; não passa de uma série de “provocações” e “ataques desesperados”, ou seja, percebe-se que, na visão da entidade dos servidores técnico-administrativos, o objetivo da nota da AS, na verdade, não é informar, tornar público, e sim fazer *provocações*. Qual o perfil traçado para uma administração que se compraz em fazer provocações? Será aquele de quem incita o opositor, buscando “tirá-lo do sério” para que, mais tarde, possa alardear-se como vítima de pessoas desequilibradas e avessas ao diálogo? Pois bem, traduções dessa ordem podem ter sido criadas pela nota do Sintufpa. E os *ataques desesperados*? É bem verdade que, quando se fala em *ataque*, estamos tratando de uma ação, objeto da seção anterior. Como dizíamos, “ataque é uma ação de hostilidade, uma ação inimiga, beligerante”, própria, também, de quem não quer dialogar, de quem almeja fomentar o conflito. Porém, são ataques *desesperados*, de alguém que não tem argumento, que pressente a derrota e se atira a esmo, como um time de futebol que, nos últimos minutos, ataca de forma desarticulada, já sem esperança, sem qualquer estratégia, sem qualquer esquema tático que pudesse resultar no gol salvador que o livrasse do rebaixamento. É desse modo que o Sintufpa interpreta a nota da AS. Este é o sema que o Mesmo constrói do Outro

Em uma outra situação, a Adufpa recategoriza, ainda que implicitamente, o caráter do discurso da “Nota de Esclarecimento” da AS, como sendo denunciasta e leviano, como transparece neste trecho da nota da entidade docente:

Ao invés de procurar responder aos problemas centrais que atingem a UFPA e tentar viabilizar o atendimento das reivindicações estudantis, o reitor Alex Fiúza, com respostas enraivecidas, prefere partir para disputas pequenas, denunciamentos e levandades (...). (Anexo 5A).

É importante notar que se está falando em “denuncismo”, e não “denúncia”. É comum utilizar “denúncia” de modo virtuoso, denotando um ato de coragem, verdade e justiça, entre outros. Vejamos alguns dos contextos dos nossos dias, em que ela é muito aplicada: “denúncia de abuso do poder”; “denúncia contra o racismo”; “denúncia de maus tratos”; “denúncia de trabalho escravo” etc. Já “denuncismo” é um neologismo que denota uma prática – sobretudo no contexto da nota da Adufpa - de quem procura denunciar gratuita e sistematicamente, colocando tal atitude em primeiro plano, em detrimento de outras questões mais importantes, como fica bem claro no trecho acima.

Ao longo das notas, esse aspecto será uma constante: cada parte se advoga o direito de esclarecer a comunidade, mas cada um atribui à ação do outro uma atitude de somenos valor, observando que, em vez de efetivamente prestar tal esclarecimento, o adversário acaba utilizando as notas com outros fins. Segundo as partes envolvidas, quando o adversário realmente se presta a esclarecer, o faz de forma distorcida. Vimos isso, por exemplo, no trecho anterior da nota da Adufpa. Todavia, esse aspecto perpassará outras notas, como esta, da AS:

A sociedade está sendo mal informada, sem base, com informações distorcidas. Publiquei, ontem, Nota neste sentido e espero que ela seja dada a conhecer à sociedade. (Anexo 2A)

Detectamos, nas notas, em várias oportunidades o uso de um nome, no caso, a palavra *grupo*, com o objetivo de construir uma caracterização, em que um lado recategoriza o discurso do outro, sobre o que passamos a discorrer.

Embora “grupo” tenha uma acepção muito ampla, significando, essencialmente, um conjunto de seres, em muitos casos, seu uso pode produzir um efeito especialmente negativo. Dado que, algumas vezes, nas oportunidades em que se refere às pessoas que participaram da tomada do edifício da Reitoria, a AS dirá que se trata de “um grupo” ou “grupos”, buscamos identificar as possíveis traduções no registro negativo que a sua nota faz para esta palavra em trechos como este:

A invasão da Reitoria por um determinado **grupo** do movimento estudantil (...) é uma ação de natureza estritamente política. (Anexo 1A)

Para que investigássemos os semas negativos construídos pela AS, utilizando o vocábulo “grupo”, primeiramente, observamos alguns sentidos para esta palavra, no dicionário Michaelis. Suas três primeiras acepções são: 1) “Certo número de pessoas reunidas”; 2) “*Sociol* Conjunto de pessoas que têm os mesmos sentimentos, representações e juízos de valor e apresentam os mesmos tipos de comportamento”; e 3) “Pequena associação”. É interessante observar que, em relação ao primeiro sentido, o nome é acompanhado do pronome indefinido “certo”, que é sinônimo ou, no mínimo, carrega uma noção muito próxima de “algum”, que, por sua vez, fornece a ideia de um número de pessoas que não é substancial ou representativo. De outro modo, o dicionário registraria, por exemplo, “um grande número” ou “um considerável número”, que se aplicaria muito bem a quaisquer associações de grande porte com um número bastante significativo de integrantes. A ideia de um número limitado de pessoas é confirmada, inclusive, pelo terceiro sentido, quando define o grupo como uma “**pequena**

associação”. As noções de pequenez, para referir poucas pessoas ou pouca representatividade, por meio de “grupo”, podem ser observadas na fala da AS, quando salienta o aspecto “minoritário” das representações das entidades, senão vejamos:

São **grupos minoritários**, que não representam mais do que do que **1%** dos interesses e vontade da imensa maioria de professores, estudantes e técnico-administrativos das IFES – Instituições Federais de Ensino. (Anexo 1A).

Além de ser uma minoria, é ínfima, pois não supera em um por cento o universo da comunidade universitária. O percentual pode soar até como uma hipérbole para dizer que a representação das três entidades é muitíssimo pequena, quase nula, diante da “vontade da **imensa** maioria” da comunidade universitária. É bem verdade que o uso de “minoritário” e “1%” reforça ainda mais o sentido de, respectivamente, destacar e quantificar a pequenez. Todavia, a palavra *grupo* já carrega, por si só, um sentido partitivo. Mesmo que se trate de um “grande” grupo, será apenas uma parte recortada de um todo. Na nota, a AS explora, entre outras coisas, essa ideia, de apenas uma parte de um todo, como fica bem claro no mesmo trecho, que referenciamos anteriormente:

A invasão da Reitoria por um determinado **grupo** do movimento estudantil (...) é uma ação de natureza estritamente política. (Anexo 1A)

Ou seja, o todo é o movimento estudantil; os “invasores” da reitoria são apenas uma parte desse todo, um “grupo”. Além disso, entra em cena a adjetivação “determinado”, para nos dizer que não é qualquer grupo, mas um determinado grupo, cujo caráter veremos mais à frente.

Todo este arrazoado pode ser sustentado pelo contexto latente ao longo da nota, em que se perceberá o tom fracionário para *grupo*, como forma de mostrar que as pessoas participantes da tomada efetivamente não representam a comunidade, como neste caso, em que é utilizada a palavra “setor” numa relação sinonímica com “grupo”, novamente utilizando “minoritários” para não deixar qualquer dúvida sobre o diminuto papel que tais pessoas representam junto à comunidade acadêmica:

Todas as insinuações da Universidade por esses **setores** minoritários são uma farsa, que não pode e não deve iludir a sociedade. (Anexo 1A)

Não nos esqueçamos que, do mesmo modo que *grupo*, a palavra “setor” também carrega um sentido fracionário, relacionado ao latino “sectio”, que significa “corte”. Quanto ao segundo sentido para *grupo* (*Sociol* Conjunto de pessoas que têm os mesmos sentimentos, representações e juízos de valor e apresentam os mesmos tipos de

comportamento), é de particular importância, pois, como está classificado no dicionário, trata-se de uma acepção de cunho sociológico, o que, em termos interdisciplinares, se adapta adequadamente ao caráter de nossa pesquisa, uma vez que a Análise do Discurso tem trafegado constantemente através das ciências humanas, entre as quais a Sociologia, como observam Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 45):

A análise do discurso, situada no cruzamento das ciências humanas, é muito instável. Há analistas do discurso antes de tudo sociólogos, outros, sobretudo lingüistas, outros, antes de tudo psicólogos. (...) Independentemente das preferências pessoais deste ou daquele pesquisador, existem afinidades naturais entre certas ciências sociais e certas disciplinas da análise do discurso.

Quando o dicionário faz referência a “pessoas que têm os mesmos sentimentos, representações e juízos de valor”, nos remete à inevitável imbricação entre discurso e ideologia, tratada no capítulo dois. Além disso, são pessoas que, também, “apresentam os mesmos tipos de comportamento”. Ora, não são estes dois aspectos devidamente apropriados pela AS, como se pode observar em sua nota? Vejamos o primeiro aspecto:

A invasão da Reitoria por um determinado **grupo** do movimento estudantil (...) é uma ação de natureza estritamente política, orientada por um partido político (...) (Anexo 1A)

Ou:

Só agem (as pessoas que fazem parte do grupo) por orientação de um partido político. O Sindicato nada mais é que o braço partidário e não expressa a categoria profissional que representa. (Anexo 1A).

A alusão relaciona a entidade estudantil ao PSOL e o Sindicato (Sintufpa) ao PSTU, entre os quais há realmente uma afinidade de pensamento, como já foi referido em 3.1; afinidade esta, a propósito, que pode ser visualizada objetivamente quando o diretor do DCE, Fabrício Gomes, em seu blog (Anexo 3C), assina uma matéria como “estudante de direito da UFPA” e “militante do Partido Socialismo e Liberdade - PSOL”. Ou quando o *site* do PSTU (Anexos 3B, 4B e 6B), ao se reportar sobre o evento da Reitoria, deixa transparecer a mesma posição do Sintufpa, isto é, de apoiar a ação dos estudantes conforme já referimos à página 20. Estes dois partidos, como é sabido, possuem um perfil marcadamente ideológico, levantando sempre a bandeira revolucionária do socialismo, sistema político que figura, inclusive, na sigla dos dois partidos. Pois bem, isso tudo revela o cunho político e sociológico para o verbete *grupo*, que coincide com a classificação feita pelo dicionário. Portanto, quando se refere à relação que as duas entidades mantêm com esses partidos, a AS, em última análise, quer

dizer que elas representam, por excelência, grupos político-ideológicos, preocupados com questões políticas alheias aos interesses primordiais da Academia. Percebe-se, na nota da AS, um tom de acusação de que DCE e Sintufpa, sofrendo a interferência político-partidária, não possuem legitimidade para representar suas categorias; antes – no caso do DCE - acabam denegrindo e prejudicando a imagem da classe discente. (cf. anexo 2A).

Quanto à parte em que o verbete se refere a “pessoas que apresentam os mesmos tipos de comportamento”, é particularmente curioso observar a proximidade dessa acepção com a descrição que faz a AS:

São as mesmas pessoas infiltradas no DCE (Diretório Central dos Estudantes), no Sintufpa (Sindicato dos Trabalhadores da UFPA) e na Adufpa (Associação dos Docentes da UFPA). (Anexo 1A)

Para a AS, portanto, as pessoas envolvidas, como se diria na gíria, são “figurinhas carimbadas”, realizando as mesmas ações, como a promoção e/ou o apoio à tomada da Reitoria.

O uso de “grupo” carrega ainda outro sentido, em que é considerado uma facção, esta, segundo, mais uma vez, o Michaelis (numa acepção novamente sociológica!), significando, entre outras coisas, um “grupo de conflito” e “bando ou partido sedicioso”, na grande maioria das vezes, radical, cujos membros são avessos a qualquer tipo de negociação e, intransigentes, não aceitam sentar à mesa para que se tente chegar a um consenso. As notas da AS também se apropriam dessa acepção. Vejamos dois exemplos:

Os **grupos** que se movem nesse episódio, como em outros, não estão interessados em diálogo, não aceitam argumentos contrários aos seus (...). (Anexo 1A).

A questão da educação é séria. Não será resolvido por esses fanáticos fundamentalistas (Anexo 2A)

Voltando ao trecho que já citamos anteriormente, percebe-se que ele manifesta que ações como a tomada da reitoria são realizadas por pessoas que agem ao arripio dos procedimentos lícitos e legais, sobretudo pelo uso de certas palavras que exprimem esse sentido escuso de “por trás dos panos”, “na calada da noite”, como é o caso de *infiltradas* e *bastidores*.

Os grupos que se movem nesse episódio (...) são as mesmas pessoas **infiltradas** no DCE, no Sintufpa e na Adufpa, que se reúnem nos **bastidores** para programarem taticamente essas ações. (Anexo 1A).

Nas acepções mais correntes, palavras como *infiltradas* e *bastidores*, de antemão, já carregam sentidos pejorativos e são muito utilizadas em formações discursivas que exprimem temas delituosos. Como vemos, segundo a nota, ações como a tomada da Reitoria são fruto de uma trama bem articulada nos bastidores. Essa insinuação de ação de um grupo criminoso, como forma de *traduzir* a tomada da Reitoria, a propósito, é reconhecida e rechaçada pelas entidades, como vemos em notas do Sintufpa e da Adufpa.

O Sintufpa, diferente do que é insinuado no início da nota do reitor, não teve nenhuma ingerência na ocupação do prédio da reitoria, apesar de prestar sua solidariedade aos estudantes. (...) Mesmo assim, foi citado como réu na ação judicial que o reitor move contra as três entidades (DCE, Sintufpa e Adufpa), em que faz coro com a política de **criminalização** dos movimentos sociais do Governo Lula. (Anexo 4A)

Apesar da Adufpa não estar promovendo qualquer obstrução ou ocupação do prédio da reitoria, o reitor entrou com uma ação judicial contra a entidade, demonstrando seu real objetivo de **criminalizar** aqueles que lutam em prol da Universidade (...).(Anexo 5A).

Uma última observação de que a AS efetivamente procura vincular a palavra “grupo” com pessoas que realizam ações criminosas pode ser vista neste trecho, quando utiliza a expressão “supremacia dolosa” para relacionar com o episódio da Reitoria:

Consideramos despropositada a proposta do DCE de “deliberar sobre a ocupação da Reitoria, concebendo-a como expressão máxima de luta em âmbito nacional”. Sobretudo porque isso revela supremacia dolosa e negativa do argumento da força sobre a força do argumento (Anexo 8A)

Por todas as situações já citadas, pode-se perceber que a AS, ao se referir a “grupo” não o faz de forma gratuita, mas intenta construir, ao mesmo tempo, vários semas negativos, entre os quais o de “poucas pessoas”, “pessoas sem representatividade”, “pessoas com interesses político-ideológicos”, “pessoas mal-intencionadas”, “facções de pessoas que agem de forma criminosa”, entre outros.

### **3.3.2. As marcas da heterogeneidade mostrada**

Ao se falar sobre as marcas da HM, não se pode ignorar o que temos tratado aqui sobre a natureza da heterogeneidade do discurso. Na realidade, em qualquer situação, o uso da HM é uma tentativa que uma parte faz no sentido de demarcar o seu discurso e o discurso do outro, embora tal demarcação seja inócua, uma vez que, *a priori*, os discursos, se constituem na interdiscursividade, o que caracteriza a *heterogeneidade*

*constitutiva* - HC. A esse respeito, Costa (2001 apud COSTA, 2005, p. 31), discorrendo sobre o trabalho de Jacqueline Authier-Revuz, aqui já mencionado, nos lembra que

a heterogeneidade mostrada é um movimento enunciativo de retorno do sujeito a sua própria enunciação, que, ao mesmo tempo, representa a consciência da inconsistência do seu discurso, mas também a ilusão de que ele pode recuperar, reconstituir sua enunciação desintegrada pela heterogeneidade constitutiva.

Ao mesmo tempo em que há o reconhecimento dessa natureza heterogênea, há também uma tentativa de “domesticá-la”, isto é, concebe-se a pretensão de separar o discurso em partes, como se se dissesse: - Até aqui, o discurso é teu; daí para frente, é meu.

Dissemos que os discursos das entidades de classe e os da AS amiúde se encontram e se constituem, mediante a referência que uma parte faz à outra. Ao referenciar a fala do Outro, cada lado o faz de forma que pode ser visualizada na materialidade discursiva, o que caracteriza justamente a *heterogeneidade mostrada* (HM). Identificar as marcas da HM é um modo apropriado de identificar o simulacro, já que o Mesmo “importa”, para o seu próprio discurso, as falas do Outro, utilizando-as de acordo com seu sistema de restrições semânticas. Nas notas, tais falas se revelam por meio de diferentes estratégias. Seguindo a exposição que Maingueneau (1997, p. 75-110) traça sobre essas estratégias, passamos a falar sobre aquelas que identificamos nas notas:

- *Discurso relatado*: trata-se da citação que um locutor faz da fala de um segundo locutor, por meio de discurso direto ou indireto. No caso das notas, pela presença da polêmica, ocorre o distanciamento do enunciador quando faz a citação do seu antagonista. Consideremos o trecho da AS, em que reitor se pronuncia com veemência:

É meu dever honrar o cargo ao qual fui conduzido, duas vezes, por eleições limpas e diretas da comunidade universitária e **sou eu que a represento, e não sindicalistas e estudantes de grupos políticos minoritários e inexpressivos**. Esses que se arrogam a exclusividade de representar os estudantes foram eleitos por um universo de 2.500 pares (e com apenas metade dos votos a seu favor, repartindo o Diretório com outros grupos que não concordam com suas práticas). Eu fui eleito por um universo de 15.000 votantes, sendo 11.000 estudantes (e venci as duas vezes no seio da categoria estudantil). (grifamos). (Anexo 2A).

Ao fazer essa afirmação, o reitor, entre outras coisas, advoga que, dentro do estado de direito democrático, a que usualmente se refere, ele é quem possui legitimidade para definir os rumos da UFPA, eleito que foi por todas as categorias, em

“eleições limpas e diretas”, tendo vencido, nos dois pleitos a que se submeteu, obtendo, inclusive, a maioria dos votos estudantis. Por tudo isso, segundo ele, não deve restar qualquer dúvida acerca da sua representatividade. Coloca-se, desse modo, ele (e não os autores da tomada da reitoria) como o legítimo representante da Academia, legal e democraticamente habilitado para trabalhar pela UFPA, o que o leva a declarar: “sou eu que a represento, e não sindicalistas e estudantes de grupos políticos minoritários e inexpressivos”.

Todavia, a leitura dessa afirmação é bem outra por parte do Sintufpa:

Sua prepotência o leva a afirmar: ‘sou eu que a represento, e não sindicalistas e estudantes de grupos políticos minoritários e inexpressivos’. (Anexo 4A)

Depreende-se que, para a entidade dos servidores técnico-administrativos, longe de ser uma ação própria do estado de direito democrático, na verdade é uma postura personalista, ditatorial e, portanto, anti-democrática. Nessa referência, efetuada por meio de discurso direto, há o distanciamento de um locutor em relação ao outro; esse distanciamento pode ser observado nos diferentes semas que se constroem dos dois lados: na nota da AS, o reitor reivindica o sema positivo, de que ele é o representante legítimo da UFPA; por seu turno, a nota do Sintufpa traduz a afirmação nas categorias do registro negativo de seu próprio sistema, interpretando o Outro, por essa declaração, como prepotente.

No encontro das duas notas referidas acima, encontramos uma outra interpretação no registro negativo por meio de discurso relatado, senão vejamos: em um trecho da nota da AS, segundo o Sintufpa, “preconceituosa”, a que já nos referimos, o reitor assim se manifesta:

Caluniosos e indecorosos, prejudicam a imagem de nossos estudantes. Só lamento que a grande maioria de alunos, calada, silenciosa, não seja ouvida pela imprensa e não reaja a esses mau-elementos que só fazem destruir a Instituição. (...) Sou eu que a represento e não sindicalistas e estudantes de grupos políticos minoritários e inexpressivos (Anexo 2A).

Respondendo a essa colocação, o Sintufpa dirá:

Além de ofender diretamente às três entidades representativas da comunidade acadêmica: DCE, Sintufpa e Adufpa, classificando-as de “grupos políticos inexpressivos”, compostos por “mau-elementos” (sic), o reitor ofende também as próprias categorias: estudantes, servidores e professores, que os elegeram e que atendem aos seus chamados quando se faz necessário (...). (Anexo 4A).

Mesmo que a AS busque direcionar suas críticas e restrições a “sindicalistas e estudantes de grupos políticos minoritários e inexpressivos”, querendo demonstrar um certo cuidado com a comunidade discente, expondo uma preocupação com a imagem dos estudantes, sobre o que já nos referimos anteriormente, o Sintufpa, reproduzindo falas da nota da AS, as interpreta como ofensivas não apenas às entidades que representam, mas também às próprias categorias, isto é, a toda a comunidade universitária. Ou seja, enquanto a AS reivindica a imagem positiva de que se preocupa com a comunidade discente, buscando salvaguardar a relação com aqueles que representa, o Sintufpa traduz de forma contrária, colocando a comunidade universitária como um todo como vítima de ofensas do dirigente da UFPA. Percebe-se – neste e em outros trechos - que ambas as partes acabam por questionar a representatividade do adversário, requerendo para si, obviamente, o papel de legítimo representante, cada um na sua devida instância.

- *Imitação*: Segundo Maingueneau, há dois tipos de imitação - a “captação” e a “subversão”. Embora a análise se ocupe apenas da “subversão”, uma vez que trabalhamos com a polêmica, mesmo assim tracemos um perfil dos dois tipos para melhor visualizarmos a extensão desse tipo de heterogeneidade mostrada.

a) “Captação”: a fala de um locutor é utilizada, na maioria das vezes, como forma de o enunciador se valer do discurso de autoridade desse locutor. Como exemplo, é muito comum, da parte dos pastores evangélicos, ao serem questionados sobre o fato de usarem uma parte do dinheiro auferido com as ofertas e com o dízimo para o seu próprio sustento, eles responderem: “O operário tem direito a seu salário”. Enquanto líderes evangélicos, essa resposta é plenamente adequada, pois se trata de uma passagem bíblica (e, portanto, para os cristãos, sob inspiração divina), contida na primeira epístola de Paulo, escrevendo a seu colaborador Timóteo (I Tim 5, 18). Na Bíblia, o contexto em que ela foi proferida é o de efetivamente conscientizar os seguidores de que a pregação do evangelho é um ofício como o de um trabalhador comum, certamente ainda mais importante, pois se trata de um trabalho para Deus. Assim, uma vez que eles ocupavam todo o seu tempo e sua energia na pregação, nada mais justo que merecessem um salário por tão sublime atividade.

b) “Subversão”: Embora pareça com a *ironia*, na verdade elas mantêm uma diferença em seu objetivo, como refere Maingueneau (1997, p. 102):

Enquanto a ironia, de forma paradoxal, anula o que enuncia no próprio ato de enunciar, a subversão mantém uma distância entre duas fontes de enunciação que ela enuncia.

Aproveitando a ideia do termo, é como se um movimento subversivo da época da ditadura militar conseguisse roubar de um posto do exército armas para serem utilizadas em proveito próprio. Nesse caso, as armas, ainda que inimigas, seriam consideradas eficientes para os objetivos pretendidos. Só que não os objetivos para os quais o exército mantinha aquelas armas. Deste modo, seu uso está sendo subvertido. É precisamente essa a ideia – de subversão – que reside neste tipo de imitação. Elaboramos um exemplo de subversão, aproveitando a mesma passagem bíblica, mas subvertendo o sentido primeiro. Assim, ao comentar de forma mordaz e jocosa a prática de utilizar os recursos do dízimo para o próprio sustento, por parte dos pastores evangélicos, seus desafetos poderiam dizer: “O ladrão tem direito ao fruto do seu roubo!”. Como se pode perceber, foi usada a subversão.

No caso da política acadêmica, quando esta modalidade da imitação ocorre, há momentos em que parece estarmos assistindo a legítimos duelos de esgrima, em que cada contendor acompanha atentamente o brandir da espada (aqui, a arma é a pena) de seu antagonista, utilizando-se, *subversivamente*, do modelo dos golpes do adversário, para o próprio proveito, visando a rechaçar a investida de seu opositor, como é o caso de dois excertos que seguem. O primeiro é da parte da AS:

Assim sendo, declare-se publicamente que, infelizmente, o Sr. Fabrício Gomes, mais uma vez, demonstra sua total incapacidade ética de liderar um movimento e um setor da comunidade universitária que deveria honrar as suas melhores tradições. Mentira não é bom fundamento da política. (Anexo 6A).

O contra-golpe do DCE é imediato, acontecendo no mesmo dia.

Assim sendo, declare-se publicamente que, infelizmente, o Magnífico Reitor, mais uma vez, demonstra sua total incapacidade ética de ser Reitor da Universidade Federal do Pará que, em tal condição, deveria honrar as suas melhores tradições. Mentira não é bom fundamento da política. (Anexo 7A).

É curioso observar, ainda, que, neste exemplo, estamos diante de uma ambiguidade, podendo-se interpretar, ao mesmo tempo, como uma imitação do tipo subversão ou do tipo captação. Se há uma subversão, pois os sujeitos acusam-se mutuamente, não podemos deixar de ver que, na nota da entidade estudantil, há a reafirmação do discurso do reitor: “mentira não é bom fundamento da política”.

Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 94) apontam para essa possibilidade de dupla interpretação das duas modalidades:

O estudo das relações interdiscursivas e, mais precisamente, da hipertextualidade, permite colocar em evidência duas estratégias opostas de reinvestimento de um texto ou de um gênero de discurso em outros: a captação e a subversão. (...) Pode acontecer que um reinvestimento seja ambíguo, que seja interpretável ao mesmo tempo como captação e como subversão.

Não iremos nos deter nessa ambiguidade, até porque o que importa aqui não é tanto definir se se trata de captação ou subversão, mas a possibilidade de se criarem estratégias discursivas para a criação dos simulacros, por meio da imitação do discurso do oponente. E, neste caso, é interessante observar a imagem sugerida de uma luta entre espadachins, em que acontecem golpes e contra-golpes, buscando-se sempre, ao mesmo tempo em que se ataca, refutar a ação do oponente, inclusive imitando, algumas vezes, a sua estratégia como forma de anular os seus golpes, porque esta é também uma tendência presente na polêmica. Observe-se que os semas negativos construídos pela AS em relação ao DCE, como “incapacidade ética” e “mentira”, são devolvidos (o contra-golpe) de imediato pela entidade estudantil ao “remetente”. Esse par de excertos será contemplado, ainda, no item 3.3.3, como uma amostra do expediente da desqualificação do adversário.

Um outro exemplo de HM se dá por meio de negação, efetuada pela nota do Sintufpa em relação à nota da AS. A negação tem caráter polifônico. Maingueneau (1997, p. 80), assumindo o pensamento *ducrotiano*, nos diz que:

A enunciação da maior parte dos enunciados negativos é analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, distribuídas a dois "enunciadores" diferentes: o primeiro personagem assume o ponto de vista rejeitado, e o segundo, a rejeição deste ponto de vista.

Para que nos situemos melhor a respeito da observação de Maingueneau, vejamos o trecho da nota da AS:

Não sou ingênuo. Não estudei ciência política impunemente. (...) O fato é este: ou construímos uma academia de verdade, sólida e séria ou vamos afundar de vez o país. (Anexo 2A).

Vejamos a sutil referência que fez o Sintufpa a esse respeito:

(...) Desde sua primeira gestão, tem tido ojeriza em dialogar com os setores que compõem a comunidade acadêmica, como se sua titulação

fosse o suficiente para construir a "academia de verdade". (Anexo 4A)

Observe-se que a nota coloca em cena dois personagens: o primeiro aparecerá motivado pela colocação que faz o reitor na nota da AS: "não estudei ciência política impunemente". Assim, na nota do Sintufpa, esse primeiro personagem dirá (considerando, obviamente, o aspecto polifônico do enunciado): - Para que se possa construir uma academia de verdade é necessário possuir titulação adequada. Já o segundo personagem rejeita esse postulado afirmando: - De jeito nenhum, a titulação não é suficiente para construir uma academia de verdade.

Um outro aspecto interessante é que o reitor escreve **uma** academia de verdade, enquanto o Sintufpa, ao referenciar a sua fala dirá: **a** academia de verdade. É como se a entidade dos servidores técnico-administrativos quisesse dizer: "a tal academia de verdade do reitor". E aqui temos o exemplo de um outro tipo de HM: a ironia. Porque a força exclusivista do determinante "A" nos leva a perceber que a intenção da nota é dizer que a "academia de verdade" é uma piada, sobretudo partindo de quem muitas vezes, segundo o que dizem as notas das entidades, mente para a comunidade.

### **3.3.3 A desqualificação do adversário e a infração ao "código dogmático"**

Quando se trata de interpretar o discurso do Outro sempre em seu registro negativo, o Mesmo usará de um expediente muito recorrente ao longo das notas: o de desqualificar o Outro e ou/o seu discurso, algumas vezes "flagrando" uma infração ao seu código dogmático. Tal é o volume dessa ação que, sintomaticamente, o adversário, algumas vezes, faz uma espécie de queixa de que está sendo vítima dessa desqualificação, como refere o Sintufpa:

O reitor tenta, de forma abominável, desqualificar-nos, afirmando que tanto as iniciativas dos estudantes, quanto dos servidores em greve, não passaria de "uma ação de natureza estritamente política", movida por "grupos minoritários". (Anexo 4A).

Percebe-se, nessa "queixa", que ao se mostrar como vítima de uma desqualificação, o Sintufpa, contra-atacando, acaba por gerar um efeito de sentido que também desqualifica a nota da AS, uma vez que tal escrito, passando ao largo do verdadeiro caráter de uma nota oficial, seria, na realidade, um "abominável" instrumento de "desqualificação".

De um modo geral, toda desqualificação carrega um certo quê de violência. Sim, porque se alguém desqualifica a outrem, é como se lhe eliminasse a competência, lhe

retirasse a aptidão; é como se estivesse roubando, arrancando a capacidade que o outro possui e que lhe é muito cara. Não é isso o que exprimem certas palavras ao serem antecedidas por esse prefixo de negação, como *descharacterizar* (retirar a característica, a essência); *deformar* (corromper a forma, tornar algo disforme); *desgraçar* (retirar a graça, algo que foi outorgado por Deus, na acepção original) etc? E mesmo que, eventualmente, essa qualificação seja pretensa (um indivíduo pode lecionar, mas não dispor das qualificações para o exercício da docência), ainda assim, se o desqualificarem, neste caso, estarão atingindo seu calcanhar-de-aquiles com a seta da ignomínia, tripudiando sobre sua deficiência. Entretanto, seja qual for o caso, isto é, possuindo-se ou não a qualificação, não é agradável perceber que se está sendo desqualificado. Essa é uma descoberta fascinante para o adversário. Se o efeito é desagradável, é porque a arma é eficiente. Por que não usá-la na guerra, ou melhor, na disputa que se trava com o inimigo, ou melhor, adversário? Afinal, estamos falando em polêmica; estamos tratando de uma disputa em que nenhuma das partes quer perder e, portanto, buscar-se-ão todos os recursos “bélicos” possíveis. E este será um “armamento” muito requisitado.

Muitas vezes, essa desqualificação se dá de forma bem sutil, como neste caso, em que a AS coloca em xeque a coerência entre a atitude do DCE e/ou sua fala com as ideias que ele defende:

A UFPA vai reagir a esse ataque autoritário e fascistoide. (Anexo 1A)

O ataque “autoritário e fascistoide” é uma referência à tomada da reitoria pelos estudantes. Ora, se, por definição, *ataque*, como já nos referimos, é um ato hostil, quando associado a “autoritário” e “fascistoide”, alcança um maiúsculo grau de intolerância, próprio dos regimes de exceção, como o fascismo. Note-se que imputar esse perfil ao DCE lhe é extremamente embaraçoso e doloroso, porque o desqualifica enquanto entidade estudantil, guardião do ideário de uma sociedade justa, livre e democrática que se afirma principalmente a partir das lutas nas fileiras da Universidade. Isso porque, mediante a competência discursiva, existe um código dogmático que perpassa o campo discursivo. Maingueneau (2005, p. 115) chama a atenção para as infrações que podem atingir esse código, gerando vantagens que podem ser auferidas pelo enunciador:

Se for possível mostrar a não convergência entre os “dogmas” e um enunciado do adversário, marca-se um ponto decisivo: violar os

princípios democráticos, colocar em causa a virgindade da Virgem Maria, comportar-se como um intelectual pequeno burguês, contrapor-se às regras universais do Belo..., os dogmas variam, mas não sua necessidade.

A despeito da citação referir-se a “enunciado”, a partir de uma *prática intersemiótica*<sup>4</sup>, a atitude do DCE, em “invadir” (na tradução da nota da AS) a Reitoria, constituiria, por analogia, uma violação, por parte da entidade discente, ao seu código dogmático, em relação à luta democrática que apregoa, dando azo a que o reitor classificasse a “invasão” como “ataque autoritário e fascistóide”, expondo a entidade a uma situação constrangedora.

Se falamos em prática intersemiótica, é porque a tomada da reitoria, na prática, é um evento pictórico e emblemático, um ícone do movimento estudantil, tendo acontecido em muitas ocasiões, na UFPA, e em outras IFES, como em 2007, em que várias universidades em todo o país tiveram suas reitorias tomadas, segundo o DCE (em nota já referenciada), como forma de mobilização “contra o desmonte da Universidade pública, expresso pela Reforma Universitária do Governo Lula”. Considerando a semântica global que rege o interdiscurso, a tomada da reitoria faz parte da grade semântica do discurso das notas do DCE. Tanto isso é uma realidade, enquanto símbolo e bandeira de luta do DCE, que, em outra nota, a AS, sabendo de sua importância para a entidade estudantil, busca novamente desqualificar essa atitude do adversário, em função do indicativo discente (agora mencionado textualmente) para uma nova tomada da Reitoria:

Consideramos despropositada a proposta do DCE de “deliberar sobre a ocupação da Reitoria, concebendo-a como expressão máxima de luta em âmbito nacional”. Sobretudo porque isso revela supremacia dolosa e negativa do argumento da força sobre a força do argumento.(Anexo 8A)

Ao mencionar “supremacia dolosa”, a nota acaba insinuando a incoerência de um discurso que prega, mediante seu “código dogmático”, valores como liberdade, legitimidade e honestidade, em relação a uma atitude que se encontra regida pelo domínio do ilícito, pela “supremacia” do dolo.

---

<sup>4</sup> Embora não seja objeto específico de nosso estudo, lembramos que, a respeito da prática intersemiótica, que faz parte de sua *sexta hipótese*, Maingueneau (2005, p. 14) salienta que “a lógica de nosso propósito nos leva a não restringir ao domínio textual a validade do sistema de restrições semânticas próprias de um discurso”.

Nessa mesma nota, a AS continuará lançando “dardos” contra o “ego” da entidade estudantil, relativamente à sua maneira de conceber a assistência aos estudantes. Vejamos o trecho:

É no ataque à proposta de Bolsa Moradia que o conteúdo conservador e retrógrado da concepção do representante do DCE se revela. Classificando-o como um programa assistencialista, o referido militante tripudia daqueles que sempre defenderam o repasse direto de recursos para que o estudante, com autonomia e integridade, possa escolher com quem vai morar e em que condições. (Anexo 8A)

Se observarmos meticulosamente, veremos certos semas negativos – alguns bem sutis - que são construídos pela AS, buscando desqualificar o DCE e flagrar a entidade discente em uma infração ao seu código dogmático:

1. Para a AS, o conteúdo da concepção do representante discente é **conservador** e **retrógrado**. Tais pechas colocam a entidade em uma situação contraditória, pois carregam aspectos repudiados por quaisquer representações estudantis, que, por seu próprio caráter, devem pregar a transformação, a inovação, a adoção de novas alternativas para a condução das questões acadêmicas. Em tese, tudo aquilo que é obsoleto, continuísta, **conservador** e **retrógrado** não deve fazer parte de seu plano de gestão, mas – pelo contrário - servir de alvo para suas ações combativas.
2. A AS acusa o representante discente de tripudiar “daqueles que sempre defenderam o repasse direto de recursos”, colocando, desse modo, o DCE, que, em seu discurso, advoga a livre escolha por parte das categorias, como uma entidade que, na prática, age à revelia daquilo que os alunos defendem, contrariando o seu direito de decidir o que querem. Além do mais, para o espírito de uma entidade que, em geral, tem ojeriza a quaisquer formalismos e manifestações da burocracia, é embaraçoso ser considerada como contrária ao “repasse **direto** dos recursos ao estudante” (grifamos).
3. Para a AS, finalmente, o DCE, cujo estilo propugna a liberdade e os valores democráticos, incoerentemente, interfere na autonomia do aluno e na sua livre escolha sobre “com quem vai morar e em que condições”.

São semas do registro negativo da AS que buscam, por assim dizer, desmoralizar, de forma sutil, o discurso da entidade discente, inclusive deixando

margem, para que os que leem a nota, acabem por formar uma opinião de que a entidade, em última análise, acalenta o cinismo e a hipocrisia.

Em trechos de notas da AS e do DCE, que já foram citados, mostrando a ocorrência de heterogeneidade mostrada, tratada em 3.3.2, sob forma de imitação, observamos, também, o expediente da desqualificação do adversário, como se pode perceber:

O Sr. Fabrício Gomes, mais uma vez, demonstra sua total incapacidade ética de liderar um movimento e um setor da comunidade universidade que deveria honrar as suas melhores tradições. Mentira não é bom fundamento da política. (Anexo 6A).

O Magnífico Reitor, mais uma vez, demonstra sua total incapacidade ética de ser Reitor da Universidade Federal do Pará que, em tal condição, deveria honrar as suas melhores tradições. Mentira não é bom fundamento da política. (Anexo 7A).

As falas demonstram que o diretor do DCE e o reitor da UFPA, não possuindo ética, tampouco possuem capacidade, qualificação para “honrar as suas melhores tradições”. Ou seja, cada lado atribui ao outro um despreparo, uma “incapacidade” de exercer o mandato sob sua responsabilidade, caracterizando, efetivamente, a busca de o enunciador desqualificar o seu oponente. No caso da nota estudantil, o reitor é flagrado em outra infração ao código dogmático: segundo a nota estudantil, ele mente, quando diz que não se deve mentir.

Uma forma de desqualificar o adversário é mostrá-lo – como já vimos - antidemocrático. Não custa lembrar sempre que o nosso cenário é a política desenvolvida no seio da Academia, e que, portanto - pelo menos a partir do senso comum -, deve ser exercida por pessoas mais politizadas do que a maioria dos políticos que costumamos observar, com dissabor, no horário eleitoral gratuito e que, entre outras coisas, prezam a ampla discussão, o debate, possuindo suficiente discernimento para não perder de vista que, embora a política faça parte de suas vidas, eles representam setores da Universidade, devendo o ensino, a pesquisa e a extensão estarem sempre acima de seus interesses e de suas paixões político-ideológicas. Para isso, nada mais oportuno que se opte sempre pelo discurso de conciliação, visando sempre ao bem maior que é a Instituição. Como se observa, ao longo das notas, tanto a AS como as entidades têm se apropriado desse senso comum. No entanto, trocam acusações de que, na verdade, não é bem essa a conduta do Outro, como fica patente neste trecho de nota da AS:

Os grupos que se movem nesse episódio, como em outros, não estão interessados em diálogo, não aceitam argumentos contrários aos seus, plantam versões deturpadas à imprensa, caluniam e não têm crédito dentro da própria comunidade universitária. (Anexo 1A)

Este excerto, a propósito, pela riqueza de elementos que ele contém para o nosso trabalho, já foi citado no capítulo teórico quando discorreremos acerca dos elementos *agente e paciente*, no jogo de simulacros que se constroem, bem como quando analisamos o uso da palavra *grupo*. Na segunda oportunidade, dissemos que, entre outras coisas, a AS atribuía às entidades o sentido negativo de grupo de pessoas que eram “avessas a qualquer tipo de negociação bem como intransigentes, não aceitando sentar à mesa para que se tentasse chegar a um consenso”. A falta de diálogo aludida pela AS diz respeito, sobretudo, a uma suposta falta de espírito democrático da parte das entidades de classe - não esquecer que a AS classifica a tomada da Reitoria como “ataque autoritário e fascistóide”. Contudo, segundo a entidade discente, quem não cultiva o diálogo é a própria AS:

Apesar de estar dois mandatos à frente da Reitoria, Alex Fiúza não resolveu nenhum desses problemas. Também nunca conseguimos um canal de diálogo com o mesmo, que sempre negligenciou nossas reivindicações. A última atitude autoritária do Reitor foi desconsiderar a audiência pública, marcada para o dia 14/06, com a qual havia se comprometido perante o Movimento Estudantil. Em vez de reunião, a resposta do reitor foi repressão. (Anexo 3A)

Quem usa de “atitude autoritária”? Quem não possui espírito democrático? Quem é agora avesso a dialogar, usando, em vez de reunião, a repressão? Simetricamente, a desqualificação é devolvida à AS. Uma parte acusa a outra acerca da falta de uma mesma virtude: o diálogo. Este é o sema negativo que o Mesmo atribuirá ao Outro, o desqualificando em sua representatividade e contestando o espírito democrático alardeado por ambos os lados.

Uma última amostra desse exercício da desqualificação do adversário, flagrando-o em uma infração ao código dogmático, diz respeito a uma questão de cunho puramente ortográfico. Em citação, já referenciada, que o Sintufpa faz da fala do Reitor, é empregado o advérbio latino *sic*, utilizado, como sabemos, para esclarecer que a transcrição está seguindo fielmente o original. Vejamos, mais uma vez, a citação:

Além de ofender diretamente às três entidades representativas da comunidade acadêmica: DCE, Sintufpa e Adufpa, classificando-as de “grupos políticos inexpressivos”, compostos por “mau-elementos” (*sic*), o reitor ofende também as próprias categorias. (Anexo 4A)

Agora, já podemos entender o porquê do emprego de *sic*. É que “maus-elementos” não está sendo empregado de acordo com a norma culta (maus-elementos). Em outro contexto, em que os envolvidos fossem aliados, por exemplo, seria um tanto deselegante chamar a atenção para tal emprego. Mas estamos tratando de circunstâncias que envolvem uma acirrada disputa política; nessas condições, nada pode passar despercebido aos olhos dos contendores. Muito bem: é bastante conhecida, nos meios acadêmicos, a destreza com que manuseia a pena o professor Alex Fiúza. Mesmo seus adversários políticos, muitas vezes, reconhecem essa especial vocação para a arte de escrever, qualidade de que ele, obviamente, deve se orgulhar. Desse modo, se um desses adversários o surpreende em um desvio ortográfico, acaba marcando um pontinho a mais na tal “renhida pugna vocabular”, pois, de algum modo, acaba sugerindo que ele, o *professor doutor* Alex Fiúza de Mello, não é tão invulnerável em sua escrita, ainda que se trate de um mero desacordo formal com os cânones da gramática normativa.

Com esta última consideração, finalizamos nossa análise, passando à conclusão dos resultados obtidos a partir da abordagem discursiva que fizemos nesta pesquisa.

## CONCLUSÃO

Antes de, propriamente, tecermos considerações a respeito dos resultados obtidos com a pesquisa, queremos lançar um olhar pelo retrovisor do trabalho, reconstituindo, sinteticamente, nossos passos. Em consonância com o objetivo geral da pesquisa, encetamos uma busca, ao longo das notas, no sentido de identificar quais simulacros se construía, no embate da política acadêmica desenvolvida na Universidade Federal do Pará. Após nos situarmos em relação ao contexto em que essa política se manifestava, lançamos mão das seguintes estratégias, a fim de levarmos a termo a empreitada: examinamos o vocabulário, verificando como se materializavam as ações e as caracterizações nas formações discursivas; seguimos as pegadas deixadas pelas marcas da heterogeneidade mostrada e examinamos de que maneira um adversário desqualificava o outro, muitas vezes o apanhando em flagrante infração ao seu código dogmático. Implementando tais procedimentos, fomos descobrindo diversos semas que iam sendo construídos pelo caminho, à medida que se desenrolava a polêmica, seguindo o esquema a que nos referimos no capítulo teórico: “de um lado, os semas ‘positivos’, reivindicados; de outro, os semas ‘negativos’, rejeitados”. (MAINGUENEAU, 2005, p. 103). Foi precisamente a partir da construção desses semas que, gradativamente, foram se juntando elementos capazes de nos fornecer uma valiosa pista acerca dos simulacros.

Vimos no segundo capítulo que

a polêmica sustenta-se com base na convicção de que existe um código que transcende os discursos antagônicos, reconhecido por eles, que permitiria decidir entre o justo e o injusto. (MAINGUENEAU, 2005, p.115).

É semelhante ao desenrolar de um tribunal de júri, em que o advogado de defesa e o promotor de justiça alternam seus arrazoados, buscando convencer os jurados a aderirem aos seus argumentos, condenando ou absolvendo o réu. Também, nos debates entre candidatos políticos na televisão, a polêmica busca sempre o convencimento do telespectador. No caso das notas examinadas, percebe-se que as partes envolvidas na polêmica buscam a adesão de uma comunidade como árbitro, que, em tese, é neutra - no caso, a comunidade universitária -, cujo “veredicto” pode se concretizar objetivamente, por exemplo, nas eleições para reitor, para as diretorias das entidades de classe, para diretores dos institutos, entre outros. Desse modo é que se pode entender, inclusive, a escolha do gênero nota, pelo seu caráter de instantaneidade, de rapidez, que faz com que chegue mais agilmente às mãos do público alvo. Formalmente, as notas visam ao

opositor, porém, de certa forma, se dirigem mais à comunidade universitária que se apresenta como árbitro dessa contenda. Esse aspecto pode ser ilustrado como o palco de um teatro, em que os atores devem possuir uma adequada imitação de voz, para que seus diálogos possam chegar de forma audível à plateia, pois esta é a verdadeira destinatária. Voltando às notas, visto que é importante que a comunidade tenha acesso o mais rápido possível a elas, os sujeitos que a produzem também são os responsáveis por fazê-las circular. O melhor meio de divulgação por parte das entidades de classe é a distribuição em salas de aula e portões; no caso da AS, é mais oportuno divulgar as notas na Intranet. Partindo do raciocínio de que as notas não visam tanto ao opositor, mas à comunidade universitária, como destinatária, é que podemos compreender também o fato de que as críticas da AS, por exemplo, não partem em direção às entidades de classe e às comunidades que representam, mas contra as suas diretorias, que não teriam, na visão da AS, a legitimidade para representarem suas categorias. Do mesmo modo, as entidades procurarão preservar o cargo de reitor, voltando suas críticas para a gestão do professor Alex Fiúza de Mello. De ambas as partes, além disso, haverá sempre uma postura de defender a comunidade dos malefícios causados pelo adversário. Por conta disso, embora a polêmica – por sua própria natureza – seja permanente e insolúvel, algumas questões são equacionadas, mediante, por exemplo, as eleições, nos diversos setores acadêmico-administrativos, a que nos referimos; a exoneração do prefeito; o atendimento de determinadas reivindicações dos estudantes relacionadas a melhorias de infraestrutura, entre outros.

Alguns dos aspectos que se sobressaem e que são em grande parte comuns à maioria dos semas, dizem respeito ao fato de que – e essa é uma característica da polêmica - o Mesmo sempre se mostra de forma positiva apresentando o Outro repleto de percalços. Observamos, ao longo de todos os excertos, uma disputa em que ambas as partes questionam a gestão do adversário, mostrando-o sem a devida competência, seja para representar uma diretoria, no caso das entidades de classe; seja para gerir administrativamente a Universidade, em relação à AS, na pessoa do reitor. Este é um sema latente que acompanha o tom das notas. Aliás, muitas vezes, visualizamos textualmente esse sema, quando, por exemplo, a nota da AS refere que aqueles que ocupam a reitoria são grupos minoritários que não representam a maioria dos estudantes (p. 57), não possuem representatividade e não gozam de crédito entre as categorias (p. 39). Ou quando a nota estudantil diz que, “apesar de estar dois mandatos à frente da Reitoria, Alex Fiúza não resolveu nenhum dos problemas” (p 71) por eles levantados.

Ou ainda quando ambos falam da “incapacidade ética” do adversário. (p. 64 e 70). Esses são pontos-chaves da polêmica que perpassa as notas.

Por tudo isso, ou seja, pelas razões mostradas nos excertos, entendemos que a conjugação de todos os semas tem como resultado um grande sema principal rejeitado pelo Mesmo, que se concretiza no simulacro que este constrói: o Outro não possui legitimidade para representar a UFPA, no caso do reitor, nem para representar as categorias no caso das diretorias das entidades; ou seja, o Outro não possui representatividade suficiente, de um lado, para ser reitor ou, de outro, ser diretor de uma entidade de classe. Em situação inversamente proporcional, o simulacro construído a respeito do Mesmo é de que ele, sim, é quem demonstra ser competente, que possui legitimidade para ser – conforme o caso - o representante de sua entidade de classe ou reitor. É interessante observar que o modelo de construção dos simulacros é o mesmo nos dois extremos, isto é, os sujeitos falam de lugares diferentes, mas dizem a mesma coisa. Isso decorre exatamente da existência de uma base comum, no caso, a política acadêmica, a partir da qual a interincompreensão se configura, conforme tratamos em 2.4.

Com isso, finalizamos este trabalho, sabendo, todavia, que existem, ainda, outras considerações a serem contempladas. Isso porque o trabalho pode ganhar outros desdobramentos rumo a outros recortes de pesquisa, colhendo mais resultados e alcançando outros objetivos a respeito da questão sobre a polêmica como interincompreensão na política acadêmica da Universidade Federal do Pará.

## BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM, A. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.
- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.
- BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BRANDÃO, H.H.N. *Introdução à Análise do Discurso*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2002.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. São Paulo: Editora NDJ, 1994.
- COSTA, N.B. O primado da prática: uma quarta época para a análise do discurso. In: COSTA, N.B (Org.). *Práticas discursivas – exercícios analíticos*. Campinas/SP: Pontes, 2005.
- DELEUZE, G. *Lógica do Sentido*. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas/SP: Pontes, 1988.
- FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- GRANJEIRO, C.R.P. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, R. L. (Org). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2007.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.
- KOMESU, F. “Num sabi neim iscreve i fik disfarssandu”: a polêmica como interincompreensão em comentários sobre “internetês”. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. (Orgs). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil*. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Gênese dos discursos*. Curitiba, PR: Criar Edições, 2005.
- \_\_\_\_\_. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, R. (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas/SP: Pontes, 1997.

- MAYAFFRE, D. Formações discursivas e discurso político: a exemplaridade dos discursos comunistas *versus* burgueses. In: BARONAS, R. L. (Org). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. São Carlos-SP: Pedro e João Editores, 2007.
- ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas/SP: Pontes, 2006.
- PATRIOTA, R. M. P.; TURTON, A. N. (2004). *Memória discursiva: sentidos e significações nos discursos religiosos da TV*. Ciências & Cognição; Vol 01: 13-21. Disponível em: [www.cienciasecognicao.org](http://www.cienciasecognicao.org). Acesso em 23 de março de 2009.
- PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.
- POSSENTI, S. *Os limites do discurso*. Curitiba/PR: Criar Edições, 2002.
- RANIERI, N. B. S. *Aspectos Jurídicos da Autonomia Universitária no Brasil*. Disponível em: [http://www.iea.usp.br/iea/temáticas/educacao/superior/autonomia\\_financiamento/ranieriautonomia.pdf](http://www.iea.usp.br/iea/temáticas/educacao/superior/autonomia_financiamento/ranieriautonomia.pdf). Acesso em 17/03/2009.
- SILVA, E. G. Competência discursiva e polêmica na constituição do discurso religioso. In: POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. (Orgs). *Contribuições de Dominique Maingueneau para a Análise do Discurso do Brasil*. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2008.
- WEISZFLÖG, W. *Michaelis: Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.

